



LULA 4

e o debate sobre o programa do
Partido dos Trabalhadores

Página 13



LULA 4

e o debate sobre o programa do
Partido dos Trabalhadores

LULA 4 E O DEBATE SOBRE O PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Editora Página 13, São Paulo, 2026

Direção nacional da Articulação de Esquerda

Adriana Souza (MG), Ana Affonso (RS), Ana Flávia (RN), Damarci Olivi (MS),
Daniela Matos (DF), Eliane Bandeira (RN), Fátima Lima (RJ), Gleice Jane (MS),
Hilton Faria da Silva (TO), Humberto Amaducci (MS), Ivonete Alves (SE),
Jandyrá Uehara (SP), Júlio Quadros (RS), Leirson Azevedo (PA), Luiz Boneti (RS),
Marcos Jakoby (RS), Múcio Magalhães (PE), Natália Sena (RN), Patrick Campos (PE),
Suelen Aires Gonçalves (RS), Valter Pomar (SP), Wilma dos Reis (DF).

Comissão de ética

Jonatas Moreth (DF), Sophia Mata (RN), Isabel Costa (RJ), Pere Petit (PA).

Projeto gráfico e diagramação

Emilio Font

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lula 4 [livro eletrônico] : e o debate sobre o programa do Partido dos Trabalhadores / [Valter Pomar ... [et al.] ; organização Valter Pomar, Maria Carlotto]. -- São Paulo : Associação de Estudos Página 13, 2026.
PDF

Outros autores: Valter Pomar, Maria Carlotto, José Dirceu, Breno Altman, Natália Sena,
Patrick Campos, Suelen Gonçalves.
ISBN 978-65-88850-25-1

1. Artigos - Coletâneas 2. Direita e esquerda (Política) 3. Partido dos Trabalhadores (Brasil)
4. Política e governo 5. Silva, Luís Inácio Lula da, 1945- 6. Socialismo I. Pomar, Valter. II.
Carlotto, Maria. III. Dirceu, José. IV. Altman, Breno. V. Sena, Natália. VI. Campos, Patrick. VII.
Gonçalves, Suelen. VIII. Pomar, Valter. IX. Carlotto, Maria.

26-391815.0

CDD-320

Índices para catálogo sistemático:

1. Artigos : Coletâneas : Ciência política 320
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Página 13



www.pagina13.org.br



facebook.com/jornalpagina13



[http://bit.ly/2OCLfGn](https://bit.ly/2OCLfGn)



instagram.com/pagina13pt/



<https://t.me/BoletimPagina13>

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
CARTA AO COORDENADOR DO GT Maria Carlotto	8
ANÁLISE DO PROJETO DE PROGRAMA DO PARTIDO Maria Carlotto	16
O CARÁTER DA CRISE DO CAPITALISMO E O MOMENTO HISTÓRICO José Dirceu	31
AS DUAS ALMAS DE JOSÉ DIRCEU Valter Pomar	44
SOCIALISMO, SOBERANIA E DIREITOS Breno Altman, Maria Carlotto, Natália Sena, Patrick Campos, Suelen Gonçalves e Valter Pomar	56
BALANÇO DO OITAVO CONGRESSO DO PT Direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda	96
O FUTURO DO BRASIL ESTÁ SOB AMEAÇA Direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda	100
COMENTÁRIOS SOBRE O PROGRAMA DE GOVERNO Valter Pomar	107
O BRASIL PRECISA UM GRANDE SALTO ADIANTE Maria Carlotto	122

Apresentação

Este livreto reúne diversos artigos escritos entre janeiro e agosto de 2026, como parte do debate sobre o programa do PT, travado numa das comissões encarregadas de elaborar um projeto de resolução para o Congresso do Partido. Muito poderia ser dito acerca do que aconteceu nessa e em outras comissões do Congresso. Mas o resumo da ópera é que coube à Articulação de Esquerda, ali representada por Maria Carlotto, apresentar um substitutivo global à formulação defendida pela maioria da comissão. Os textos a seguir explicam qual a divergência. O primeiro texto é uma carta enviada, no dia 25 de janeiro de 2026, por Maria Carlotto a José Dirceu, explicando por qual motivo ela não assinaria o documento elaborado por Dirceu, então coordenador do grupo de trabalho encarregado de elaborar o projeto de programa do PT, a ser debatido no Oitavo Congresso do Partido. Tal projeto foi publicizado em fevereiro de 2026 e pode ser lido na página do Partido. O segundo texto, também de autoria de Maria Carlotto, foi escrito entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2026. Tendo como destinatário a direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, nele Maria faz

uma análise ponto a ponto do referido texto de programa apresentado por José Dirceu. Na sequência, Maria Carlotto e Valter Pomar apresentaram a primeira versão de um texto alternativo. Como resposta indireta a esta proposta alternativa, José Dirceu publicou um artigo intitulado “O caráter da crise do capitalismo”, que incluímos como terceiro texto desta coletânea. Em resposta, Valter Pomar escreveu o artigo “As duas almas de José Dirceu”, que é o quarto texto desta coletânea. Simultaneamente, Breno Altman, Maria Carlotto, Natália Sena, Patrick Campos, Suelen Gonçalves e Valter Pomar assinaram um projeto de resolução intitulado “Socialismo, soberania e direitos”, apresentado ao Oitavo Congresso do Partido, mas não debatido, uma vez que o Congresso foi dividido em duas etapas, remetendo o programa e a organização partidária para esta segunda etapa. Este projeto de resolução alternativo é o quinto texto desta coletânea. O sexto e o sétimo textos da coletânea são, ambos, assinados pela direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda. Um é datado de 26 de abril e faz um balanço do oitavo congresso do PT. O outro é de 3 de julho e intitula-se “o futuro do Brasil está sob ameaça”. O penúltimo texto desta coletânea é assinado por Valter Pomar, foi publicado dia 11 de agosto e comenta o programa que a coligação que apoia Lula inscreveu no TSE. Finalmente temos um texto de Maria Carlotto, concluído no dia 26 de agosto, que trata da necessidade de rompermos com o “círculo vicioso” que caracteriza a história do Brasil.

A tese implícita em todos os textos – com a exceção parcial daquele assinado por Dirceu – é que ganharemos a eleição de 2026 e faremos um quarto mandato Lula superior ao atual, se dispu-

tarmos o futuro. E essa disputa deve aparecer no programa de governo, e principalmente no programa do Partido. No programa de governo, não basta comparar realizações, nem tampouco alertar para o desastre que resultaria de uma volta da extrema-direita associada ao imperialismo. É preciso, em primeiro lugar, oferecer à maioria do povo brasileiro – trabalhadores, negros, mulheres, juventude – a certeza de que, se o PT continuar governando o país, o Brasil vai dar um salto de qualidade em direção a um futuro melhor. Como é óbvio, isso significa enfrentar o Novo Marco Fiscal, a política de juros, o agronegócio, todas as direitas e o imperialismo. No programa do Partido, isso significa, antes de mais nada, enfrentar a mediocridade programática e estratégica. O que implica em recolocar o socialismo no centro de nossas formulações. Na opinião da AE, tais formulações programáticas não deveriam ser feitas depois da eleição, mas antes. Não deveriam ser feitas depois que ganharmos, mas antes, inclusive para ajudar a garantir que vençamos e vencamos em melhores condições. Não tivemos êxito em convencer a comissão disso. Nem conseguimos convencer o Partido, que adiou o debate sobre programa para 2027. A lacuna está cobrando seu preço, motivo pelo qual decidimos divulgar este livreto ainda em agosto de 2026. Boa leitura, boa campanha, boa luta para toda nossa gente!

Maria Carlotto

Valter Pomar



Carta ao coordenador do GT

Maria Carlotto

Ao companheiro José Dirceu,

Coordenador geral do grupo de trabalho de atualização do programa do PT,

Caro Zé Dirceu,

Escrevo esta carta para detalhar as razões que me levam a considerar, neste momento, mais produtivo explicitar minhas diferenças com o texto apresentado por você na Comissão de Programa, do que emendá-lo pontual ou mesmo substancialmente. O momento que atravessamos é muito grave e a tarefa de atualização do programa partidário tem uma importância estratégica. Por isso, precisamos mais do que nunca de um debate vivo de ideias, o que implica explicitar divergências, ao invés de diluí-las num texto único, por melhor que ele seja. Aliás, acho fundamental dizer que o texto apresentado – considerando o período do ano e os prazos exíguos – tem muita qualidade como texto. Minha divergência, neste caso, é principalmente de mérito, não de forma. Também acho imprescindível reafirmar meu compromisso com o trabalho coletivo que a Comissão coordenada por você está realizando. Minha decisão de não emendar

o texto não é uma recusa de colaborar com a sua construção, mas eu realmente avalio que a melhor contribuição que posso dar neste momento – para a comissão e para o partido – é explicitar diferenças políticas ao invés de contorná-las com fórmulas e formulações.

O PT é o maior instrumento político que a classe trabalhadora brasileira construiu ao longo da sua história. Apesar de sermos, sem dúvida, herdeiros de diferentes tradições da esquerda brasileira, também somos uma novidade histórica: foi com o PT que os trabalhadores brasileiros atingiram seu maior nível de poder político e social, incidindo sobre o destino do Brasil e, em certa medida, da nossa região e do mundo. E não é pouca coisa que o PT tenha feito isso sob os marcos de um programa partidário que, baseado na crítica profunda do capitalismo, projetava uma nova sociedade. Está no nosso manifesto de fundação: “O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores” – uma sociedade socialista, portanto.

Esse horizonte histórico ousado foi muito importante nos anos 1980, quando a classe trabalhadora ampliava sua autonomia e organização partidária, no contexto em que o país vivia o auge do ciclo de industrialização iniciado em 1930, ainda que a ditadura tenha corroído as bases da sua sustentabilidade, seja pela política de arrocho salarial, seja pelo aumento da dependência em relação ao capital externo, seja, ainda, pelo descaso em relação à construção de um Estado autônomo, relativamente blindado à capitulação neoliberal e com um robusto programa de capacitação tecnológica.

Foi igualmente importante a partir dos anos 1990, quando passamos a enfrentar a contraofensiva neoliberal que buscava, no plano internacional, equacionar a crise do sistema capitalista mundial, e no plano nacional, enfraquecer o poder da classe trabalhadora organizada, conquistado justamente no auge do ciclo anterior, mesmo que isso custasse uma regressão econômica quase inédita do capitalismo mundial: o Brasil, de potência industrial, voltou a ser uma economia agrário-exportadora e um território do neoextrativismo no curso de uma década.

Mas esse horizonte histórico ousado é ainda mais fundamental hoje, quando a crise do sistema capitalista mundial se revela com toda a força no plano econômico, político, geopolítico, militar, cultural e ambiental. Nesse contexto, a ideia de uma outra sociedade, de uma alternativa concreta a este sistema, é não só uma possibilidade factível, mas também uma necessidade política urgente, real e vital, já que a extrema-direita fascista – é preciso chamar as coisas pelo nome – cresce no Brasil e no mundo sobre uma base popular de trabalhadores e trabalhadoras desiludidos com o mundo como está e, portanto, seduzidos pelo falso discurso antissistêmico da extrema-direita.

Vale lembrar que agora, como há cerca de um século, quem lidera e financia o fascismo são os grandes donos de capital – os grandes bilionários, se quisermos. Porém, quem lhe dá força de massa, inclusive para crescer no contexto da democracia liberal, são os setores da classe trabalhadora que acreditam no discurso aparentemente radical do fascismo, propagado, ontem e hoje, com o que há de mais moderno em tecnologia de (manipulação) da informação e comunicação. São esses setores trabalhadores

– populares se quisermos – que acreditam que a extrema-direita é uma força “antissistêmica” que tem coragem, disposição e compromisso ideológico para fazer as mudanças necessárias, por mais retrógradas, absurdas e irracionais que pareçam. Dentre esses discursos aparentemente radicais, está a defesa do golpe de Estado, da abolição violenta do Estado Democrático de Direito e da volta da ditadura; está o apelo à força bruta, às armas, à intervenção militar estadunidense e até à subordinação do próprio país; está a defesa da família tradicional, da inferiorização das mulheres, dos privilégios dos homens e dos brancos; do Estado teocrático; da privatização de todos os serviços públicos em nome da eficiência; do desmonte total de direitos sob o mantra da liberdade econômica.

Parece um total absurdo, e é. Mas só compreenderemos a força da extrema-direita se entendermos que seu discurso parte do diagnóstico acertado de que o neoliberalismo falhou. Falhou não só nas suas promessas explícitas: aumentar, por meio da chamada globalização e da expansão da democracia-representativa, os níveis gerais de desenvolvimento e bem-estar. Falhou também naquilo que não podia afirmar explicitamente, mas que constituía “a grande aposta” neoliberal: enfrentar a crise do sistema capitalista mundial dos anos 1970, expresso tanto numa crise geral de acumulação quanto na corrosão da hegemonia estadunidense, ferida de morte desde a derrota no Vietnã. Foi com esse objetivo geral que as classes dominantes, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países, aceitaram os custos de um grande “freio de arrumação” na economia e na política mundial. Nesse processo, se fortaleceu, de um lado, o poder dos Estados Unidos, cada vez me-

nos hegemônico, cada vez mais imperial; de outro, a própria crise do capitalismo mundial, cada vez mais depende dessa estrutura imperial que sustenta, politicamente, um regime de acumulação em escala mundial. O neoliberalismo em crise é, sobretudo, o sistema capitalista mundial em crise e isso tem profundas implicações.

É absolutamente fundamental reconhecer, no entanto, que o nosso partido está dividido diante desse cenário histórico profundamente grave e desafiador. Para começar, porque não temos acordo sobre como caracterizar este momento: trata-se de uma crise “apenas” do neoliberalismo das últimas décadas ou também do sistema capitalista mundial dos últimos séculos? Trata-se de uma crise terminal ou o capitalismo pode se reorganizar? Estamos caminhando para um conflito social e internacional – leia-se, envolvendo classes e Estados – cada vez mais aberto e violento ou há possibilidade de mediação nos marcos da democracia liberal representativa? Qual a relação entre a crise do capitalismo e do neoliberalismo e o declínio da hegemonia americana? Qual a margem de manobra no Brasil nesse processo?

Justamente porque não temos consenso de como caracterizar este momento histórico, as diferenças sobre como enfrentá-lo são maiores ainda. Por exemplo, diante desse cenário, devemos caminhar para a esquerda ou para o centro? Devemos colocar no horizonte prioritariamente um objetivo estratégico ou devemos focar em objetivos táticos de natureza eleitoral? Frente ao avanço da extrema-direita fascista devemos defender o status quo – o Estado Democrático de Direito expresso na Constituição de 1988 – ou devemos assumir abertamente a defesa de uma nova sociedade? Devemos apelar à classe trabalhadora, ou o trabalho

perdeu centralidade? Quem são nossos aliados nesse processo? Como vamos lidar com a direita neoliberal? Como vamos organizar as diferentes frações da classe trabalhadora? Qual o papel do governo nesse processo?

Meu problema com o texto não é propriamente que ele não apresente uma posição radical o suficiente seja sobre o diagnóstico, seja sobre o programa que dele decorre. Meu problema fundamental é que o texto não faz isso com a clareza e a coerência que o momento exige. Dito de outro modo: o texto não tem uma única posição sobre a crise, nem tampouco sobre como ela impacta o Brasil; assim como não explícita, diante disso, o que deve ser feito do ponto de vista tático e do ponto de vista estratégico; assim como não delinea as tarefas partidárias que tornariam factíveis e viáveis os objetivos programáticos apresentados.

Um exemplo marcante disso é que o texto admite, no preâmbulo, a profundidade das mudanças que precisam ser feitas no Brasil e as nomeia de “revolução” – “revolução política”, “revolução tributária” e “revolução tecnológica”. No entanto, ao longo do texto, as “revoluções” passam a ser nomeadas de “reformas” porque isso resolve, no plano semântico, o problema político de fundo: como superar os obstáculos que impediram o Brasil de realizar, até hoje, as “revoluções” política, tributária e tecnológica? Não vou nem entrar no mérito se essas três revoluções são suficientes em si mesmas porque há um problema que, a meu ver, precede – mesmo que sejam só essas “revoluções/reformas” como alcançá-las dado o atual cenário?

Da mesma maneira, o texto oscila em como tratar a crise que estamos enfrentando. De novo, em uma parte do texto, admite

que as crises que emergem hoje no mundo são crises articuladas que remetem à crise do próprio sistema capitalista mundial; ao longo do texto, porém, vamos caminhando para um diagnóstico que parece apontar para uma crise apenas do neoliberalismo. Isso permite ao texto descrever o ciclo nacional-desenvolvimentista de 1930 a 1980 como se o desenvolvimento liderado pelo Estado pudesse ser restaurado, agora sob os marcos de uma democracia radicalizada. O que isso significa exatamente? Quais são as medidas concretas que nos levariam à radicalização da democracia? Democracia radicalizada é sinônimo de socialismo?

Aqui, eu insisto: não é um problema semântico, ou melhor, não apenas. Não basta incluir mais vezes a palavra socialismo ou explicitar o que seria uma democracia radicalizada. É preciso reconhecer que há diferentes posições no partido – diferenças que transcendem as correntes – e que precisamos organizar e explicitar essas diferenças para levar nosso debate de programa – e de estratégia – para outro patamar.

Eu posso explicitar, em linhas gerais, a minha posição, como de certa forma já fiz ao longo desta carta. Eu considero que estamos enfrentando uma crise terminal do sistema capitalista mundial tanto na sua dimensão econômica – de um sistema de acumulação mundializado – quanto na sua dimensão política – de um sistema de poder político internacional baseado na dependência e na subordinação – com repercussões na esfera militar, geopolítica e ecológica. Essa crise não tem como ser superado nos marcos do próprio capitalismo, agora sob domínio imperial dos Estados Unidos. Diante desse quadro, nunca precisamos tanto de um partido orgânico da classe trabalhadora brasileira, entendido nos termos

do próprio manifesto de fundação: de um partido que atue “não apenas nas eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores”; “um partido feito por nós, para travar nossas lutas”. Esse enraizamento vale tanto para que a classe trabalhadora amplie o horizonte histórico do PT quanto o contrário, que o PT contribua para ampliar o horizonte histórico da classe, colocando a construção de uma nova sociedade, nascida da crise, mas também dos potenciais da nossa época.

Cabe ao PT – como o maior partido da esquerda brasileira – pela sua história e pelo seu enraizamento na classe trabalhadora, desbravar esse horizonte histórico. Mesmo para os que consideram que é tempo de preservar as conquistas ao invés de arriscá-las em nome de objetivos maiores, é importante frisar que, paradoxalmente, essa orientação para o futuro é a única chance que temos de preservar o pouco que conquistamos no passado. Não só a nossa democracia, mas também a nossa soberania e o mínimo de igualdade social que elas garantem estão em risco. Só a classe trabalhadora tem compromisso histórico com essas conquistas. No entanto, para defendê-las com efetividade, a classe trabalhadora precisa estar organizada e mobilizada, disposta a tornar-se classe dominante no país. Essa é, na minha opinião, a tarefa histórica do PT e é para isso que deve apontar o programa do nosso partido.

Saudações petistas e socialistas,

Maria Carlotto

25 de janeiro de 2026



Análise do projeto de programa do Partido

Maria Carlotto

Caros,

Conforme decidido na reunião de 15 de março de 2026, no que concerne ao “programa partidário” analisei os dois documentos: o de 02 de janeiro, que tem 43 páginas, e o de 22 de fevereiro, que tem 50 páginas

O índice é rigorosamente o mesmo nos dois documentos, o que sugere que, na verdade, as mudanças foram pontuais, mais de inclusão de texto do que de modificação. No arquivo abaixo tentei deixar marcado as inclusões. Minha avaliação geral é que as inclusões foram, no geral, negativas. Para deixar o programa mais nacional-desenvolvimentista do que socialista.

A seguir, analiso ponto a ponto:

Cotejando os dois documentos, encontrei primeiro mudanças no preâmbulo, mais precisamente, a inclusão de alguns parágrafos no meio do texto original que permaneceu intacto. A essência dessas primeiras mudanças foi, de um lado, reconhecer o fascismo como inimigo principal (com todos os problemas que já conhecemos nas formulações do atual presidente do partido)

e, de outro, explicitar que o PT não é um partido socialista, tem “vocalização socialista” que fez uma (quase) revolução no poder porque o Brasil era escravocrata. Tudo isso terá consequências para frente, como tentarei mostrar.

Cito abaixo na íntegra, primeiro, a menção ao fascismo que é nova no preâmbulo:

“A política hoje circula muito além das instituições partidárias formadas nas estruturas verticais de poder do século XX. Transita em milhões de coletivos nas redes que respondem à vida fragmentada e manipulada do mercado e saltam sobre os muros institucionais da modernidade em crise. Do outro lado deste muro está a face perversa do fascismo – armadura de ferro de manutenção da opressão política – como modo de vida e ideologia formatada para aparentar indignação contra o sistema”

E no que segue que acho particularmente problemático:

“O PT configurou-se historicamente como um partido de vocalização socialista. Uma vez no governo, o partido se propôs a governar para “os debaixo”, dentro da ordem, como um partido de esquerda portador da utopia democrática do Estado Social. Num país de passado colonial-escravista como o Brasil, tais políticas foram sentidas como revolucionárias: Prouni, Escolas Técnicas assentadas em todo o Território Nacional, qualificação e ampliação do SUS, Bolsa Família, ampliação da rede de Ensino Superior Federal, sistemas de financiamento e proteção da agricultura familiar, acesso a bolsas de estudo no exterior e assentamentos para a democratização da propriedade da

terra são algumas das centenas de políticas públicas que foram instituídas pelos governos do PT. A elas associadas, também a política externa de paz e soberania caracteriza o progressismo dos nossos governos nacionais”

Ainda no preâmbulo, há uma ampliação dos objetivos históricos do PT. Era assim:

“O Programa partidário do PT expressa um projeto histórico de nação, orientando a luta dos trabalhadores por direitos, pelo aprofundamento da democracia, pela redução radical das desigualdades e pelo fortalecimento da soberania nacional”

Ficou assim:

“O Programa partidário do PT expressa um projeto histórico de nação, orientando a luta dos trabalhadores por direitos, desenvolvimento econômico, redução radical das desigualdades, aprofundamento da democracia, inovação científica e tecnológica, saúde e educação públicas, sustentabilidade ambiental, e fortalecimento da soberania nacional. Projeta uma nova base histórica fundada na soberania compartilhada voluntariamente entre os agentes sociais, buscando eliminar drasticamente as piores formas de opressão social, pobreza e miséria de uma grande parte do nosso povo.”

Eles também inseriram no preâmbulo a expressão “crise sistêmica do neoliberalismo” para substituir “o esgotamento do neoliberalismo”; sem nenhuma consequência além da troca de palavras.

Eles também mudaram, ainda, a formulação sobre o sujeito histórico das transformações.

Era assim:

“Diante dessa realidade, reafirmamos que o sujeito da transformação social são as classes trabalhadoras, organizadas de forma independente e conscientes de seus interesses históricos. Trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da indústria, dos serviços e das novas formas de trabalho, mulheres, população negra, juventude, povos indígenas e comunidades tradicionais, moradores das periferias e setores médios submetidos à precarização: é a partir da luta desses sujeitos que se constroem as conquistas democráticas e se abrem caminhos para um Brasil mais justo, soberano e igualitário. O PT existe para organizar essa força social, fortalecer sua autonomia política e expressar suas aspirações históricas.”

Ficou assim:

“Diante dessa realidade, reafirmamos que o sujeito da transformação social são as classes trabalhadoras tradicionais, bem como os novos contingentes do mundo do trabalho e das camadas populares organizados de forma independente, conscientes de seus interesses históricos. São estes os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da indústria, dos serviços e das novas formas de trabalho, mulheres, população negra, juventude, povos indígenas e comunidades tradicionais, moradores das periferias e setores médios submetidos à precarização do trabalho e da renda familiar. É a partir da luta e da coordenação desses sujeitos que se constroem as conquistas

democráticas e se abrem caminhos para um Brasil mais justo, soberano e igualitário. O PT existe para organizar essa força social, fortalecer sua autonomia política e expressar suas aspirações históricas”.

A partir disso, ao lado da classe trabalhadora eles incluíram “maioria do povo”: classes trabalhadoras e maioria do nosso povo ficou a formulação.

Outra mudança importante: o novo documento inclui, dentre os objetivos estratégicos, colocar o Brasil “num lugar competitivo em termos globais” - isso não tinha antes.

Eles também mudaram levemente a formulação da proposição central do documento. Continua sendo “uma transformação profunda”, mas eles excluíram na nova versão toda a definição que havia, a saber: *“uma revolução política, social e tecnológica: política, para democratizar o poder, enfrentar a captura do Estado e ampliar a soberania popular; social, para romper com as estruturas históricas de desigualdade, exclusão e opressão; e tecnológica, para garantir autonomia produtiva, domínio do conhecimento, transformação ecológica e inserção soberana do Brasil na nova economia global.”*

Ainda assim, essas seguem sendo as três reformas principais. Acho que eles quiseram só excluir a menção à revolução na introdução.

Eles inseriram algumas leituras conjunturais como: *“a degradação do poder estatal de indução, atração e regulação do investimento privado, de par com a recuperação do investimento público, crescem os riscos de aumento da criminalidade e formação de milícias, com infiltração do crime organizado na institucionalidade política, financeira e pública”.*

Outra novidade no preâmbulo, eles formulam uma “tarefa específica”: *“Cabe, nesta atualização (programática), fazer uma conceituação concreta da luta de classes que permeia tanto os interesses nacionais soberanos no capitalismo contemporâneo como a formação de um “ethos” nacional agregador de uma ideia de nação livre da opressão colonial-imperial, que vai se aguzar nas próximas décadas”*.

Na **parte de 1, “afirmação de princípios”**, praticamente nada mudou.

Na **parte 2, “a crise do capitalismo e da hegemonia americana”** continua com o mesmo problema da versão original: se anuncia uma crise do capitalismo, mas trata apenas da crise do neoliberalismo.

Houve atualização com fatos da conjuntura, sem nenhuma implicação política. Por exemplo, se menciona o sequestro de Maduro que não tinha, por óbvio, na versão de 2 de janeiro. Foi incluído um novo parágrafo sobre o tema Trump:

“Com Donald Trump, a vaga imperialista dos EUA assume sua versão mais agressiva. Contudo, as violações da soberania e autonomia dos Estados nacionais não se expressam unicamente por sua força militar. O processo de interferência nas economias e na política se expressa nas operações de desestabilização dos regimes políticos e na monopolização privada da internet por meio das big techs. Tudo isso até então sob a égide da guerra às drogas e do combate à corrupção. Trump, agora, investe sem disfarce sobre os grandes recursos econômicos do mundo em uma disputa agressiva com as potências globais ascendentes.”

Parte 3. O desenvolvimento e os limites do capitalismo brasileiro

Aqui, houve uma inclusão que amplificou a importância da inovação tecnológica na ditadura e na constituição de 1988 no parágrafo que segue:

“Ainda como herança da cooperação técnico-científica entre Estados Unidos e Brasil da segunda metade dos anos 50, o governo militar também impulsionou a inovação tecnológica e formatou as bases da Embrapa e da nova agricultura de base tecnológica, que tem na indústria sucro-alcooleira uma de suas principais derivações. Esses avanços, no entanto, ocorreram sem democratização política, com forte concentração de renda e crescente endividamento externo, reafirmando o caráter contraditório do desenvolvimento brasileiro. Deram base, porém, à institucionalização da inovação na Constituição Federal, em seus artigos 218 e 219, que demarcam como objetivo perene a busca da autonomia tecnológica do País, bem como possibilitaram o impulsionamento de mecanismos permanentes de financiamento nos estados, cujo melhor exemplo foi o trabalho do PT para inserir na Constituição paulista a vinculação de no mínimo 1% da receita tributária líquida estadual à Ciência e Tecnologia”

O texto segue apontando a “ambivalência” do regime militar que se estende aos anos 1980:

“É de reconhecer a ambivalência do plano de estabilização econômica do País conduzido pelo conglomerado político das elites da Nova República, após mais de uma década

perdida de crise de dívida, superinflação e crises monetárias e fiscal. Se os efeitos positivos da criação do Real após o duro aprendizado dos planos de estabilização anteriores, em especial do Plano Cruzado, resolveram a carência histórica brasileira de uma moeda minimamente estável e credível, a adoção integral e acrítica do receituário do Consenso de Washington produziu, de um lado, o desmonte de bens e empresas públicos em privatizações que tiveram como motivação mais a formação de novos grupos privados monopolistas e a liquidação de passivos gerados pela valorização artificial da nova moeda. De outro lado, sobreveio a perda da função planejadora do Estado, sem o que é praticamente nula a capacidade de um país em desenvolvimento de acompanhar a evolução tecnológica mundial. O maior exemplo do descompasso do país foi o crime de lesa pátria que representou a privatização do sistema Telebrás. Não porque ele não pudesse ou devesse ser reformado, a exemplo do que aconteceu com a Petrobras e o Banco do Brasil, que se tornaram empresas públicas de capital misto, mas porque a venda, como foi organizada pelo governo, quebrou a cadeia integrada de inovação setorial que projetou o Brasil nos anos 80/90 como um dos líderes mundiais em desenvolvimento de fibra ótica. Isso, quando se sabia sobejamente que o padrão de telefonia iria mudar radicalmente para o celular e que as redes de computadores e os protocolos de transferência de dados já eram uma realidade no meio acadêmico do mundo. Ainda mais grave, esta atitude descompromissada com a revolução digital em gestação levou o Estado brasileiro a fechar os olhos para a importância crítica dos dispositivos

semicondutores, que são a infraestrutura básica tanto da nova revolução industrial como da economia do conhecimento. Mais importante do que a propalada desindustrialização pesou negativamente a não industrialização do Brasil no passo certo da confluência de chips e softwares, campo este em que o país ainda colhe frutos diversos com o emprego de padrões abertos que alimentam estruturas vitais da Receita Federal, do SUS e do Banco Central do Brasil. Padrões abertos que, nos dias de hoje, projetam a Inteligência Artificial chinesa em contraponto com a IA das big techs americanas. Essa trajetória histórica consolidou um capitalismo brasileiro híbrido: moderno em alguns setores, atrasado e excludente em muitos outros; capaz de gerar ilhas de prosperidade, mas incapaz de integrar o conjunto da sociedade ao desenvolvimento. O país construiu uma base industrial relevante, empresas estatais estratégicas e capacidade produtiva significativa, mas permaneceu travado pela desigualdade estrutural, pela fragilidade do mercado interno e pela dependência tecnológica e financeira externa. Nossas políticas industriais e tecnológicas, em que pesem os avanços dos governos do PT, seguem abaixo do potencial, padecendo da falta de um planejamento integrado e estratégico, com articulação interministerial coordenada e clara seleção de prioridades, nos moldes do que projetou e pretendeu a política industrial e tecnológica do governo Lula I, da qual resultaram a Lei de Inovação, a Lei do Bem e um sopro de vida na então moribunda indústria de semicondutores (PADIS), ao lado de bons resultados no campo da biotecnologia”.

Na sequência tudo segue quase idêntico, até o item 3.5. Desenvolvimento e soberania nacional no século XXI que tem um novo parágrafo:

“A soberania no século XXI exige integração solidária: cooperação regional e multilateral, defesa da paz e regulação democrática do poder corporativo transnacional, especialmente no campo digital.”

O resto segue idêntico.

Item 4.

O PROGRAMA DE REFORMAS ESTRUTURAIS.

Aqui, de novo, o texto tem inclusões que tornam o argumento mais claro e mais problemático. A primeira inclusão são os parágrafos abaixo, que explicitam que a distinção entre extrema-direita e direita democrática é crucial para a tática política aliancista neste contexto. Vale a pena ler com atenção:

“A definição da estratégia democrática-popular exige uma avaliação rigorosa da correlação real de forças na sociedade brasileira. É necessário reconhecer que o avanço da extrema-direita não eliminou a existência de setores liberais comprometidos, ainda que de forma limitada, com a legalidade constitucional e com a estabilidade democrática. A distinção entre extrema-direita autoritária e direita liberal é decisiva para a tática política, ainda que não elimine as divergências estruturais em torno do modelo de desenvolvimento, da distribuição de renda e do papel do Estado. A construção de alianças táticas em defesa da democracia e da soberania nacional não substitui o horizonte estratégico

do projeto democrático-popular, nem implica diluição programática. Ao contrário, parte da compreensão de que a transformação estrutural exige acumulação social e política de forças. Avaliar se existem setores empresariais dispostos a um projeto nacional de desenvolvimento, medir nossa própria capacidade organizativa e reconhecer os limites e possibilidades do momento histórico são condições para que a estratégia não se confunda com voluntarismo, nem com adaptação passiva à ordem vigente”.

O texto segue idêntico até o item 4.3. quando parece flertar com uma leitura marxista-lenista do Estado que logo desaparece:

“Se reconhecemos que o Estado tem caráter de classe, desenhado e construído para a reprodução do poder dos dominantes e mais ricos, é preciso entender que reconstruir sua capacidade de desenvolvimento transita por transformar sua base autoritária através de uma reforma democrática onde valores da participação, da distribuição e do investimento social sejam fundamentos estruturais e não somente políticas e programas”. – Este trecho é todo novo

Tem também uma inclusão sobre forças armadas:

“O processo de formação técnica nas Forças Armadas deve ser capítulo central em nessa estratégia de desenvolvimento nacional. Deve estar baseada nos preceitos da soberania, do constitucionalismo e do desenvolvimento e inovação tecnológica. Reafirmando-se, de forma a não deixar dúvidas, que sua missão é exclusivamente a defesa da Pátria, da soberania nacional e a garantia da lei e da ordem em situações de grave ameaça à segurança pública,

sempre sob autoridade civil e em estrita submissão à ordem democrática.”

O item 4.4 começa com o primeiro parágrafo parafraseado, sem nenhuma mudança substantiva além de redação (que, vale notar, esteve ausente do resto do documento). A formulação final ficou, no entanto, bem explícita da ideia-força do documento:

“Fundamentais para a promoção da necessária revolução política e social, as reformas estruturais ocupam lugar central na estratégia democrática-popular do Partido dos Trabalhadores porque expressam, de forma concreta, a disputa entre projetos antagônicos de sociedade. No Brasil, a democracia foi construída sem que se alterassem de maneira profunda as estruturas de concentração de renda, de poder econômico, de propriedade da terra e de controle do sistema político. Essa dissociação histórica entre democracia formal e desigualdade estrutural produziu um regime permanentemente instável, vulnerável à captura pelo poder econômico e à regressão autoritária”.

Também acho notável que eles tenham inserido uma menção explícita a uma estratégia nacional de desenvolvimento, o que contribui para localizar o programa no escopo dos programas nacionais-desenvolvimentistas do país:

“As reformas estruturais não podem ser tratadas como um conjunto disperso de medidas técnicas ou setoriais. Elas devem ser compreendidas como parte de um projeto nacional de desenvolvimento, orientado por objetivos estratégicos claros e sustentado por uma correlação de forças capaz de enfrentar privilégios historicamente

consolidados. Reformar, no Brasil, significa deslocar poder, reorganizar o Estado e sustentar mudanças com mobilização social e legitimidade democrática”.

Trata-se de uma modernização do país. Regredimos a 1963.

A partir da página 38, o programa vai explicitar medidas da reforma política, tributária e tecnológica. Acho que a principal mudança foi a inclusão de medidas concretas em cada uma dessas reformas. Também há um detalhamento maior das medidas. Vale notar que aqui talvez seja a única parte em que eles incorporaram parte do nosso texto, a saber, na inclusão do que segue:

*“Acrescentamos, no plano **dos direitos trabalhistas**, a redução da jornada máxima semanal de trabalho para 40 horas, proibição da escala 6x1 e adoção da escala 5 x 2; a constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo; e a aprovação da “Consolidação de Leis Sociais”, constitucionalizando o direito à renda mínima e outros benefícios.*

*No **direito à cidade**, defendemos uma reforma urbana; o combate à concentração de propriedades urbanas por meio de medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária; políticas públicas que eliminem o déficit habitacional, protejam as áreas verdes e de lazer, expandam os terrenos destinados a fins públicos como esporte e cultura, e garantam o transporte como direito universal, a ser exercido inclusive por meio de empresas públicas, e adoção da tarifa zero nos transportes públicos.*

*No **direito à saúde**, o fortalecimento do SUS, com aumento das verbas para saúde pública até 10% da receita corrente bruta, e implementação das decisões da*

17ª Conferência Nacional de Saúde e da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde”

Na parte final, **4.5. O PT como instrumento histórico da transformação**, tem uma inclusão de dois novos parágrafos, muito significativa:

“Nesse horizonte, afirmamos que a superação das desigualdades de classe não implica, automaticamente, a superação do patriarcado nem do racismo estrutural. A radicalização democrática que orienta o socialismo defendido pelo Partido exige enfrentar simultaneamente as estruturas de exploração econômica, dominação racial e opressão de gênero que organizam a sociedade brasileira. Somente a articulação dessas dimensões permite que o projeto socialista realize, de forma concreta, sua promessa emancipatória. O programa popular do Partido deve tensionar ao máximo os limites do capitalismo dependente brasileiro, orientando-se por reformas estruturais que enfrentem a concentração de riqueza, terra e poder. Isso implica reforma agrária e urbana, reforma tributária progressiva com forte taxação do sistema financeiro e das transações financeiras, enfrentamento ao rentismo, fortalecimento dos bancos públicos, redução da jornada sem redução salarial e superação do modelo predatório dedesenvolvimento”.

Na parte 5 (final) UM CHAMADO À ORGANIZAÇÃO, À DEMOCRACIA E À TRANSFORMAÇÃO, só uma única inclusão. Na sequência do parágrafo:

“O futuro não está dado. Ele será resultado da luta, da organização e das escolhas políticas que fizermos agora. O PT escolhe, mais uma vez, o lado da democracia, da justiça social, da soberania e da transformação.”

Incluiu-se:

“O Partido dos Trabalhadores reafirma que a defesa da democracia, a reconstrução da soberania nacional e a realização das reformas estruturais são tarefas inseparáveis. É nessa articulação entre realismo histórico e horizonte transformador que se projeta o projeto democrático-popular para o Brasil do século XXI”.

Minha opinião geral

Este novo documento deixou ainda mais explícito que se trata de uma nova estratégia, nacional-desenvolvimentista, de aliança com setores “democráticos” da direita em nome do combate ao fascismo. Acho que merece uma resposta específica que dialogue com o texto do Zé Dirceu em resposta a nós, intitulado “O CARÁTER DA CRISE DO CAPITALISMO E O MOMENTO HISTÓRICO: Contribuição para o debate e para o texto do Programa do PT”. Ou seja, analisaria as mudanças para criticar o sentido geral e atacar o documento complementar.



O caráter da crise do capitalismo e o momento histórico

Contribuição para o debate e para o texto do Programa do PT

José Dirceu

Para definir o programa do PT, ou atualizá-lo, é necessário definir o caráter da crise do capitalismo. Há quem sustente que não se trata apenas de uma crise do neoliberalismo, mas do próprio sistema capitalista, como se fosse sua crise final, ou como se pudesse abrir um período histórico de crise revolucionária. Nesse cenário, a substituição do capitalismo pelo socialismo apareceria como possibilidade, ou ao menos haveria condições de colocar na ordem do dia a ruptura com a ordem capitalista.

A questão é, ao mesmo tempo, de análise empírica sobre o momento histórico e de decisão política sobre qual caminho seguir. Ou seja: qual será nossa estratégia política e, por conseguinte, quais tarefas e objetivos devem ser definidos.

O capitalismo, para ficar nos séculos XX e XXI, viveu crises e as superou, mesmo às custas da destruição de forças produtivas e de centenas de milhões de vidas. Entre as principais estão

a Primeira Guerra Mundial, a depressão econômica de 1929 e a Segunda Guerra Mundial.

Entre 1914 e 1945, em particular, o sistema pareceu caminhar para um impasse semalternativas. Contudo, após a derrota do nazifascismo, assistimos à reorganização internacional em Bretton Woods e a uma reconfiguração do próprio capitalismo, que se autorregulou e abriu uma fase de expansão. Consolidaram-se os Estados Unidos como potência líder, substituindo a Grã-Bretanha e impulsionando a reconstrução europeia. Mais tarde, Japão, Coreia do Sul e Taiwan – os chamados Tigres Asiáticos – também se afirmaram, e mesmo na América Latina houve um processo de industrialização incipiente.

Naquele período, e em consequência da Segunda Guerra, consolidaram-se a União Soviética e as chamadas Repúblicas Populares na Europa do Leste, constituindo o campo socialista. Iniciou-se a Guerra Fria, ao mesmo tempo em que se aprofundava a crise do sistema colonial. Ela se expressou na derrota do Japão e, depois, da França no Vietnã; na Revolução

1 Argelina; e, particularmente, na vitória dos comunistas na guerra civil chinesa, sob a direção de Mao Tsé-Tung. A existência da União Soviética e, depois, do campo socialista foi decisiva para processos de descolonização na África e para a Revolução Cubana, que se declarou socialista após a derrota da invasão patrocinada pelos Estados Unidos, em abril de 1961.

Na Europa, a classe trabalhadora e camponesa protagonizou grandes lutas e revoluções em 1848 e 1871 e, especialmente, a vitória dos bolcheviques dirigidos por Lenin, em 1917, abrindo um período revolucionário até a eclosão da Segunda Guerra.

Com a vitória dos Aliados, os partidos comunistas europeus lideraram grandes mobilizações, e consolidou-se um capitalismo social-democrata, cujas bases se articulam às reformas políticas, agrárias e tributárias do século XIX e às conquistas das classes trabalhadoras e de seus partidos.

Com os acordos de Bretton Woods, abriu-se um período de prosperidade sob um capitalismo mais regulado, com a criação das Nações Unidas, do FMI, do Banco Mundial e, mais tarde, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de acordos comerciais como o GATT e, posteriormente, a Organização Mundial do Comércio (OMC). O objetivo dessa arquitetura era sustentar o crescimento e a consolidação do capitalismo, evitar crises e depressões e, sobretudo, garantir sua estabilidade na Europa, em um contexto de contenção da União Soviética e do campo socialista.

Nos anos 1980, esse arranjo político-institucional entrou em crise, pelo esgotamento daquele ciclo e pelas contradições próprias do sistema. Ganhou força o chamado Consenso de Washington e, em seguida, o neoliberalismo. Esse projeto desmontou o Estado de Bem-Estar Social, atacou sindicatos e partidos comunistas, cooptou parcelas relevantes da social-democracia europeia e impôs a globalização sob hegemonia financeira dos grandes bancos e dos Estados Unidos. Livre comércio, privatizações e desregulamentação tornaram-se palavras de ordem. Para a classe trabalhadora, isso significou redução drástica de direitos sociais e salários e, em muitos países, ditaduras e repressão generalizada.

Se olharmos o mundo anterior ao Consenso de Washington, vemos a mudança radical na correlação de forças e nos direitos políticos e sociais das classes trabalhadoras. A União Soviética e o campo socialista deixam de existir e os Estados Unidos passam a se impor como potência única. Na Europa, em especial, assistimos ao desmonte dos Estados de bem-estar, à conversão de setores social-democratas ao social-liberalismo e à expansão da União Europeia e, depois, da OTAN, em direção ao isolamento e à contenção da Rússia, que emergiu do colapso soviético.

2 O capitalismo hegemônico pelos Estados Unidos, ao romper com o modelo anterior e impulsionar a globalização e o livre comércio, flexibilizou o cerco econômico contra a China e, mais tarde, contra o Vietnã. Na fase neoliberal, incorporou China, Vietnã e Índia à economia mundial, simbolicamente pela adesão à OMC e pela adoção de economias de mercado. Abriu-se um período histórico ainda não consolidado, no qual esses países se integram, mas, ao mesmo tempo, passam a influenciar decisivamente os rumos do capitalismo global, pelo peso demográfico, territorial e econômico e, sobretudo, por sua crescente capacidade tecnológica, financeira e militar.

Pode-se dizer que, se antes o poder nuclear e militar da União Soviética limitava a expansão militarista dos Estados Unidos, hoje o que limita o poder do capitalismo norte-americano e europeu é a ascensão da China, com sua crescente hegemonia tecnológica, comercial e financeira, expressa também em sua projeção internacional.

Nos anos 2000, os Estados Unidos iniciam a fase que se consolida com Donald Trump: o recurso ampliado ao poder militar

e tecnológico para impor interesses econômicos, comerciais, tecnológicos e políticos. Buscam, pela coerção, evitar a perda da hegemonia mundial e enfrentar a crise do próprio sistema, expressa nas crises de 2008/09 e 2011/12, na estagnação europeia e na debilidade crescente da economia norte-americana, marcada por desindustrialização, déficits externo e fiscal, endividamento e aumento da desigualdade.

Desde 2001, os Estados Unidos ocuparam o Afeganistão e o Iraque; intervieram na Líbia e na Síria; apoiaram Israel na guerra genocida contra o povo palestino; ampliaram sanções e agressões contra o Irã; e intensificaram ações de desestabilização contra a Venezuela, incluindo o sequestro temporário do presidente Hugo Chávez em 2002. Além disso, travaram guerras por procuração no Iêmen e na Ucrânia. No caso de Cuba, depois de mais de seis décadas de bloqueio, sanções, ataques e sabotagem, mantêm uma política que produz fome e asfixia econômica contra o povo cubano e seu governo.

Há uma crise sem precedentes na Europa, expressa na estagnação econômica, na crise energética, habitacional e previdenciária, na queda do padrão de vida e na incapacidade de incorporar, de forma democrática e sustentável, os fluxos migratórios de que necessita em razão do fim do bônus demográfico. Soma-se a isso o avanço da extrema direita em todo o continente.

O crescimento e a articulação internacional da extrema direita, e sua ligação com os Estados Unidos sob a liderança de Trump, são um fato histórico. Expressam a crise atual do capitalismo e o rumo escolhido para tentar superá-la. Há precedente histórico na opção das elites alemãs, italianas e japonesas pela

guerra e pela conquista de novos mercados e territórios, o que remete ao expansionismo militarista norte-americano atual. Depois de conquistar a Europa continental, Hitler decidiu invadir a União Soviética, evidenciando que não basta expandir: busca-se derrotar e destruir aqueles que se opõem ou ameaçam a hegemonia.

Pode-se afirmar que há uma disputa intercapitalista e, dentro de cada país, uma disputa sobre o caminho a seguir, com a extrema direita em crescimento sob a liderança de Trump. A questão principal é até onde haverá apoio ou consenso nos Estados Unidos para essa política expansionista e militarista. E também como responder à crise da globalização financeira e como lidar com a ascensão da China como primeira potência mundial. Não há como dar marcha atrás na integração chinesa ao mercado capitalista mundial, do qual dependem, nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, mercados, capitais e tecnologias chinesas.

A ameaça de Trump em relação à América Latina é real, e seria um grave erro não considerá-la estrategicamente. Isso pode custar nossa soberania política, como demonstra o caso venezuelano. Da Groenlândia à Antártida, os Estados Unidos avançam numa política de intervenção: interferem em processos eleitorais, como em Honduras, Argentina e Equador, e convocam esses países, além de Paraguai, El Salvador, Bolívia e Chile, para iniciativas diplomáticas com objetivo claro de consolidar governos de direita aliados e disputar com a China as relações políticas, comerciais e de investimento.

Ao mesmo tempo, vivemos um período de extraordinárias mudanças tecnológicas, com consequências diretas no mundo

do trabalho, afetando a classe trabalhadora, sua constituição e sua consciência social. Essa revolução tecnológica, somada à desconstrução de direitos sociais e, em muitos casos, de direitos políticos, debilitou não apenas os sindicatos, mas também partidos e lideranças. Em diversos países, o que assistimos – na América Latina e também na Europa – é o risco real de ruptura democrática e a imposição, pela força, de governos alinhados aos Estados Unidos, recolocando no centro a questão da soberania nacional.

A pergunta que devemos responder é: qual nossa estratégia neste momento histórico e na conjuntura atual? Quais são nossos objetivos, formas de organização e luta? Quais são nossos aliados? E quais são as tarefas, sendo a principal a defesa da democracia, da soberania e dos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira? Ou, ao contrário, colocamos na ordem do dia a ruptura com o capitalismo no Brasil? Devemos nos aliar com forças democráticas ou de centro-direita na defesa da democracia e da soberania nacional? Defendemos a Constituição de 1988 e os direitos políticos e sociais conquistados pela classe trabalhadora, ou colocamos como objetivo a superação do atual modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro? Não se trata de fazer propaganda do socialismo ou de afirmar o caráter socialista do PT. Trata-se de propor uma ruptura, o que supõe afastar alianças com o centro e buscar uma base social para uma oposição de esquerda socialista.

Primeiro, é preciso definir a correlação de forças na disputa político-social no Brasil. É necessário avaliar se nosso sujeito histórico, a classe trabalhadora, perdeu ou não centralidade; se há

uma direita liberal democrática disposta a uma aliança em defesa da democracia e de avanços sociais; e se há setores empresariais dispostos a retomar um projeto nacional de desenvolvimento. É preciso, inclusive, saber se temos força política e organizativa para colocar essas tarefas. Temos partidos, organizações sociais e populares, direção e capacidade política para colocar na ordem do dia uma ruptura e uma mudança de sistema econômico e político no país?

Ou, neste período de ascensão da extrema direita, de uso da força militar para impor políticas a nossos países e de hegemonia das forças de direita no mundo, devemos nos concentrar em defender e ampliar a democracia, defender e ampliar os direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988 e defender a soberania nacional, ameaçada pela intervenção política e militar dos Estados Unidos?

Reconhecer o poder militar e tecnológico do império norte-americano não significa afirmar que ele seja invencível ou que sua estratégia colonialista será vitoriosa. O mundo de nossa época enfrenta desafios para os quais o capitalismo e sua vertente de extrema direita não oferecem respostas, a não ser a guerra e a submissão de povos e nações. A experiência histórica comprova que povos resistem e vencem mesmo quando parece impossível, como demonstram a vitória do povo vietnamita e o fracasso das ocupações no Afeganistão e no Iraque, assim como as intervenções na Líbia e na Síria.

Dentro dos Estados Unidos e mesmo em sua vizinhança, Canadá e México se opõem a ameaças e sanções. Na Ásia e no Sul Global, a presença da China e dos BRICS constitui contraponto

à hegemonia norte-americana, que enfrenta resistência inclusive na Europa.

Essa decisão não é recuo nem renúncia de objetivos socialistas. Ela está de acordo com nossa força política e social real e com o momento histórico que vivemos. Podemos definir, com segurança, como objetivo principal a reeleição do presidente Lula e a retomada do projeto nacional de desenvolvimento, diante do novo período de ascensão da extrema direita e de ameaça à nossa soberania e à nossa democracia. A caracterização do momento histórico não elimina o horizonte socialista do PT, mas orienta sua estratégia concreta diante da correlação real de forças.

Isso implica reconhecer os limites do PT e das esquerdas no Brasil, considerando as profundas mudanças culturais, políticas e sociais vividas pela classe trabalhadora nas últimas décadas. Mudanças tecnológicas e no mundo do trabalho, reformas previdenciária, trabalhista e sindical, impeachment da presidenta Dilma, o processo sumário, político e de exceção que levou o presidente Lula à prisão, enfraquecimento de nossos partidos e sindicatos, papel das redes e das big techs, influência das igrejas evangélicas e a força social e eleitoral não apenas da extrema direita, mas também da própria direita liberal.

Nossa classe trabalhadora, em diferentes épocas do capitalismo brasileiro, abraçou majoritariamente a democracia, o nacionalismo, a defesa dos direitos trabalhistas e a luta pelo desenvolvimento nacional. Apesar de sua juventude – pode-se dizer que surge com as greves de 1917 – e apesar de viver sob repressão, com partidos e sindicatos perseguidos, extintos ou empurrados para a clandestinidade por longos períodos, ela

sempre se levantou, se reorganizou e lutou por direitos. Votou majoritariamente no PTB, de 1946 a 1964, no MDB, de 1974 a 1989, e no PT desde então, elegendo cinco vezes a Presidência da República. Mesmo sob intensa disputa cultural e ideológica, na ditadura e na democracia, foi capaz de distinguir quem está ao lado de seus direitos e de seu bem-estar.

Não podemos analisar a classe trabalhadora nas últimas décadas sem reconhecer que a repressão jurídica e política desencadeada contra o PT, os sindicatos e movimentos sociais, a esquerda e nossos governos, entre 2013 e 2019, somada às mudanças no mundo do trabalho, abriu espaço para a direita consolidar apoio nas classes trabalhadoras, com avanço de ideias liberais e conservadoras e, também, negacionistas e fundamentalistas de extrema direita.

No momento atual, nosso governo retoma a iniciativa política e a extrema direita está na defensiva. A agenda do país é o crescimento da economia, do emprego e da renda, com inflação sob controle, e o avanço de uma agenda política que expõe a concentração de renda e riqueza e as condições inaceitáveis de trabalho e de vida da maioria do nosso povo. Isso se expressa na reforma tributária progressiva e no fim da escala 6x1, que dão base social e eleitoral para a disputa de um novo mandato do presidente Lula.

Não se trata de ignorar as mudanças tecnológicas e no mundo do trabalho. Trata-se de decidir, conscientemente e com firmeza, nossa estratégia neste momento histórico. Uma estratégia que viabilize não apenas um governo democrático e soberano, mas o início de uma Gertomada do projeto nacional de desenvolvimen-

to, e um programa político capaz de impulsionar organização e consciência popular, radicalização da democracia e ampliação de direitos sociais, com a defesa da soberania como eixo central. O projeto nacional de desenvolvimento tem como principais bases a Nova Indústria Brasil, o PAC e a transição energética e ambiental.

Um de nossos objetivos centrais é a reconstrução do PT e a retomada dos territórios e dos movimentos sociais, nas novas condições em que vivemos, colocando o partido à altura dos desafios de nossa época e das tarefas que definimos como prioridade. O desafio maior é transformar o apoio social, político e eleitoral que Lula e o PT têm em força organizada e mobilizada, condição para avançar na estratégia de mudanças estruturais e na retomada do projeto nacional de desenvolvimento soberano e popular.

No mundo atual, o controle de riquezas naturais, tecnologia – particularmente a militar – e informação é condição de soberania. Essa soberania se expressa não apenas no plano econômico, financeiro e tecnológico, mas também no plano militar e na soberania de dados e de informação. Essa estratégia se expressa, hoje, num programa do PT que defenda democracia e soberania, consolide avanços nas áreas sociais, dos direitos humanos, das mulheres, dos negros e negras e da diversidade LGBTQIA+, e crie as condições políticas para reformas estruturais político-eleitorais e tributárias. Um programa que recomponha a capacidade de investimento do Estado, redefinindo o papel dos bancos públicos e das estatais, com mudanças na política fiscal

e monetária, superando o modelo financista e rentista, condição para retomar o projeto nacional de desenvolvimento.

Devemos defender uma revolução democrática e popular, expressa na reforma tributária progressiva, capaz de reconstituir a capacidade de investimento do país, e na reforma política, com voto em lista, fidelidade partidária e proporcionalidade na Câmara dos Deputados, pondo fim à captura do orçamento nacional por emendas impositivas. Devemos superar o atual modelo institucional e colocar na ordem do dia a democracia direta, o controle social e a reforma do Estado, não apenas administrativa e de pessoal, mas também uma ampla reforma do Judiciário e das Forças Armadas.

A crise atual do capitalismo não se apresenta, no plano histórico concreto, como uma crise final ou como a abertura imediata de um ciclo revolucionário clássico. Trata-se, antes, de uma crise de reconfiguração profunda da ordem mundial, marcada pela disputa entre regressão autoritária e reconstrução democrática, entre financeirização predatória e projetos nacionais de desenvolvimento soberano. Nesse contexto, a tarefa estratégica das forças democráticas e populares não é a proclamação abstrata da ruptura, mas a construção concreta de maiorias sociais capazes de defender e ampliar a democracia, afirmar a soberania nacional e reorganizar as bases materiais do desenvolvimento. Defender a democracia e a soberania, portanto, não constitui recuo estratégico, mas etapa histórica coerente com a correlação de forças e condição indispensável para qualquer avanço transformador mais profundo no futuro.

Nosso objetivo principal é um crescimento econômico com distribuição de renda, reorganização e inovação industrial, transição energética e ambiental, mudança profunda no modelo agrícola, retomada do papel do Estado no planejamento e no investimento público, fortalecimento de bancos e empresas estatais e afirmação da soberania tecnológica e militar do país. Nosso objetivo de crescimento nos próximos anos é pôr fim à pobreza e à miséria, à fome e à desigualdade, e dobrar o PIB em dez anos.



As duas almas de José Dirceu

Valter Pomar

José Dirceu divulgou há algumas semanas um texto intitulado “O caráter da crise do capitalismo e o momento histórico”.

O texto é assinado por ele e apresentado como uma “Contribuição para o debate e para o texto do Programa do PT”.

Imagino que o texto seja uma resposta ao questionamento que Maria Carlotto e outros integrantes da tendência petista Articulação de Esquerda fizemos contra as posições defendidas por Dirceu, na comissão encarregada de elaborar um projeto de resolução sobre o programa do Partido.

Quem quiser conhecer as opiniões que defendemos, estão aqui:

<https://pagina13.org.br/socialismo-soberania-e-direitos/>

Breno Altman, que também assina nosso texto, havia prometido fazer uma resposta a Dirceu. Como até hoje ele não cumpriu a promessa, aproveitei o voo de São Paulo até Brasília, onde vou participar do Congresso do PT, para escrever um comentário a respeito.

O texto de Dirceu abre afirmando o seguinte: “Para definir o programa do PT, ou atualizá-lo, é necessário definir o caráter da crise do capitalismo. Há quem sustente que não se trata apenas de uma crise do neoliberalismo, mas do próprio sistema capitalista, como se fosse sua crise final, ou como se pudesse abrir um período histórico de crise revolucionária. Nesse cenário, a substituição do capitalismo pelo socialismo apareceria como possibilidade, ou ao menos haveria condições de colocar na ordem do dia a ruptura com a ordem capitalista.”

Certamente há quem sustente esse tipo de besteira sobre a “crise final”. Mas achava que Dirceu sabia que essa não é e nunca foi a nossa posição. Ele parece ter escolhido fazer uma caricatura do que pensamos, talvez porque isso ajuda a sustentar sua posição clássica, que pode ser resumida assim: “à minha esquerda, só o abismo”.

O que nós defendemos? Primeiro, que a crise que vivemos é sistêmica. Ou seja: é uma crise do “sistema”, uma crise que envolve de forma articulada todas as dimensões da vida, da cultura, da política e da economia. É portanto uma crise do capitalismo, que é o modo de produção e reprodução atualmente hegemônico no mundo.

Em segundo lugar, defendemos que esta crise sistêmica pode, em tese, ter quatro desdobramentos: i) a destruição da humanidade; ii) a continuidade da hegemonia atual; iii) a continuidade do capitalismo sob outra hegemonia; iv) a superação parcial do capitalismo em alguns países ou regiões.

Portanto, Dirceu nos atribui uma posição que não é a nossa.

Afirmar que estamos numa crise do capitalismo não é o mesmo que tratar esta crise “como se fosse sua crise final”. Até porque a “crise final” do capitalismo – se e quando efetivamente ocorrer – não será um evento pontual e de curta duração, mas sim um processo histórico que provavelmente durará décadas ou séculos. Sendo assim, o conceito de “crise final” não é politicamente operacional.

Mas o fato de a “crise final” não ser politicamente operacional tampouco significa que não existam crises parciais profundas, que mudem o rumo do capitalismo ou inclusive abram caminho para alternativas socialistas. Este foi o caso das revoluções burguesas, das guerras mundiais, das revoluções socialistas e da crise de 1929 e, em nossa opinião, também está sendo o da crise de 2008.

Ou seja: embora não seja a “crise final” (que, como explicamos antes, é algo que na prática não existirá), a crise sistêmica atual pode ter – entre seus vários desdobramentos – um novo ciclo de revoluções socialistas e também um nova hegemonia capitalista, diferente do neoliberalismo e do imperialismo estadunidense.

A julgar pelo que ocorreu no século 20, é possível que tenhamos estes dois desdobramentos simultaneamente, tudo junto e misturado. Mas também pode ocorrer uma novidade.

Afinal, um dos componentes desta crise sistêmica é a crise do neoliberalismo, ou seja, da hegemonia da dominação do capital financeiro sobre o conjunto do capitalismo e sobre o conjunto da sociedade. Esta dominação financeira é tão grande que está para ser demonstrado que o capitalismo sobreviverá ao fim da financeirização.

Outro dos componentes da crise sistêmica é a crise dos Estados Unidos e da dominação imperialista estadunidense sobre o mundo. Novamente, está para ser demonstrado que o capitalismo sobreviverá a uma derrota dos EUA.

Sendo assim as coisas, um partido de esquerda, com a força que o PT tem, num país com a importância mundial do capitalismo, deve incluir nos seus cálculos estratégicos esta possibilidade objetiva: a de que a atual crise sistêmica possa resultar, entre outros desdobramentos, numa ruptura parcial (como foi a russa de 1917 e a chinesa de 1949, entre outras) com o capitalismo.

Dirceu afirma que a questão “é, ao mesmo tempo, de análise empírica sobre o momento histórico e de decisão política sobre qual caminho seguir. Ou seja: qual será nossa estratégia política e, por conseguinte, quais tarefas e objetivos devem ser definidos.”

Dirceu tem razão na premissa metodológica. Mas qual é o desdobramento que ele tira do panorama histórico que faz a seguir?

A conclusão que ele tira é “defensivista”.

É bastante provável que a situação global ainda piore muito. Como pioraram as coisas nos anos 1930 e início dos anos 1940. Mas se quisemos enfrentar esta tendência, o “defensivismo” pode até ser uma boa tática, mas é uma péssima estratégia.

Limitar nosso horizonte estratégico ao que a correlação de forças permite, no plano da tática, tem como resultado prático impedir ou dificultar o acúmulo de forças. Aliás, a experiência prática do PT confirma isso: avançamos mais exatamente quando nos propusemos a ir um pouco além do que parecia possível.

Acho que Dirceu sabe disso. Mas ele, como o velho PCB, parece ter duas almas. Uma delas é revolucionária e socialista, mas infelizmente é geneticamente recessiva. A outra alma, geneticamente dominante, se concentra em tentar construir um caminho diferente para o capitalismo brasileiro.

Exemplo disto é a seguinte disjuntiva posta por Dirceu: “A pergunta que devemos responder é: qual nossa estratégia neste momento histórico e na conjuntura atual? Quais são nossos objetivos, formas de organização e luta? Quais são nossos aliados? E quais são as tarefas, sendo a principal a defesa da democracia, da soberania e dos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira? Ou, ao contrário, colocamos na ordem do dia a ruptura com o capitalismo no Brasil?”

Duvido que exista, no PT, alguém que coloque “na ordem do dia” a ruptura com o capitalismo no Brasil.

O que existe, isto sim, é quem diga: i) primeiro, que os dilemas estratégicos enfrentados pelo capitalismo brasileiro (a dependência, a desigualdade, o subdesenvolvimento e o conservadorismo político) não serão superados sem que a classe trabalhadora assuma o poder; ii) segundo, que pelo motivo anteriormente exposto, o PT deve insistir na estratégia democrática, popular e socialista definida em 1987, no Quinto Encontro nacional do PT, e reafirmada em 2017, no Sexto Congresso do Partido.

Outro exemplo de que Dirceu, para tentar polemizar com o que pensamos, recorre a uma caricatura é o seguinte trecho: “Não se trata de fazer propaganda do socialismo ou de afirmar o caráter socialista do PT. Trata-se de propor uma ruptura, o

que supõe afastar alianças com o centro e buscar uma base social para uma oposição de esquerda socialista.”

Uma das almas de Dirceu sabe muito bem que parte do PT desistiu até mesmo de “fazer propaganda” do socialismo. Aliás, para tentar afirmar o “caráter socialista” do PT, volta e meia somos obrigados a fazer emendas em textos que parecem escritos para reduzir o PT a um partido apenas desenvolvimentista (quando não a um partido social-liberal).

Mas a outra alma de Dirceu, aquela que acha que à sua esquerda só existe o abismo, acusa seus oponentes de “propor uma ruptura”, “afastar alianças com o centro” e “buscar uma base social para uma oposição de esquerda socialista”. E depois de fazer essas acusações, Dirceu lança mão do argumento preferido pelos minimalistas: a correlação de forças.

Começemos pelo final: a correlação de forças existe e está péssima – e pode piorar bastante antes de melhorar. A questão é saber se vamos construir outra correlação de forças fazendo alianças com a direita. Porque, sejamos honestos, as alianças que geram polêmica no PT são com a direita, não com o “centro” (seja lá o que isso for).

Em segundo lugar: fazer alianças com o centro ou mesmo com a direita não é contraditório com construir uma base social “de esquerda socialista”. Aliás, pelo contrário: podemos e devemos buscar alianças, mas para que sejam alianças e não diluição, é preciso que nossa base social esteja organizada, de forma independente.

A malandragem (talvez inconsciente) de Dirceu nesse ponto está em falar em “base social para uma oposição de esquerda”.

Ao falar de “oposição de esquerda”, ele tenta empurrar retoricamente seus oponentes para o canto onde estão microorganizações tipo PSTU. Mas, como deveria ser evidente para quem não usa de má fé, o que está sendo proposto por nós é criar uma base de massas democrática, popular e socialista para apoiar nossos governos, para permitir que eles avancem, façam reformas estruturais, imponham derrotas à direita e aos grandes capitalistas.

Chegamos então à “ruptura”. Dirceu falar disto chega a ser engraçado. Afinal, ele tem dado entrevistas falando que o Brasil precisa de uma “revolução”. Porque então ele critica quem defende uma ruptura? E, vamos lembrar mais uma vez, estamos discutindo estratégia, não tática.

A questão de fundo na polêmica com Dirceu está, como esteve no passado, quando Dirceu era um revolucionário crítico do “reformismo do Partidão”, na crença de que exista um setor expressivo da classe dominante brasileira disposto a se aliar conosco.

Dirceu diz o seguinte: “é preciso definir a correlação de forças na disputa político-social no Brasil. É necessário avaliar se nosso sujeito histórico, a classe trabalhadora, perdeu ou não centralidade; se há uma direita liberal democrática disposta a uma aliança em defesa da democracia e de avanços sociais; e se há setores empresariais dispostos a retomar um projeto nacional de desenvolvimento”.

Esse é o núcleo racional da polêmica; o resto todo é, em grande medida, espuma retórica e imaginação especulativa.

Na nossa opinião, neste momento da história, a esmagadora maioria do empresariado brasileiro não está disposta a defender um “capitalismo nacional”.

Claro, se no Brasil a classe trabalhadora estivesse no poder, botaríamos esse empresariado vagabundo para trabalhar a serviço dos interesses nacionais.

Mas como não estamos no poder, o que devemos fazer, em primeiro lugar, é criar as condições políticas para uma “ruptura” (bu!!!) com a aliança que domina o poder real no Brasil: o setor financeiro, o agronegócio, as mineradoras e o capital transnacional.

Dito com as palavras das resoluções adotadas em 2017 pelo PT: implementar uma estratégia democrática, popular e socialista.

Óbvio que hoje “não temos partidos, organizações sociais e populares, direção e capacidade política para colocar na ordem do dia uma ruptura e uma mudança de sistema econômico e político no país?”

Mas a questão é saber se queremos vir a ter isso ou se desistimos e vamos nos contentar em fazer o possível nos marcos da atual correlação de forças.

O que Dirceu propõe, ao nosso ver, é exatamente isso: “devemos nos concentrar em defender e ampliar a democracia, defender e ampliar os direitos sociais”.

Ou seja: defensivismo. No plano tático esta postura é necessária, mas se ficarmos só nisso não avançaremos muito e corremos o risco inclusive de recuar.

A questão, portanto, é como criar as condições para sairmos do possível (resistência) e avançarmos para o necessário (ruptura).

Infelizmente, nessa questão a alma reformista de Dirceu fala mais alto e o que ele nos oferece é mais do mesmo, uma repetição do que fizemos entre 2003 e 2016. Que, como vimos, terminou numa derrota e num retrocesso que, pasmem, Dirceu usa como argumento para reincidir no mesmo erro.

Para não dizer que não falamos de flores, Dirceu reconhece que “o mundo de nossa época enfrenta desafios para os quais o capitalismo e sua vertente de extrema direita não oferecem respostas, a não ser a guerra e a submissão de povos e nações. A experiência histórica comprova que povos resistem e vencem mesmo quando parece impossível”.

Mas, pelo visto, Dirceu (ou uma de suas almas) acha que essas vitórias caíam do céu, pois ele não propõe fazer aqui no Brasil de 2026 o que em outras situações tornou possível aquilo que parecia impossível.

Como Dirceu acredita que à sua esquerda só existe o abismo, ele insiste que sua (dele) posição “não é recuo nem renúncia de objetivos socialistas. Ela está de acordo com nossa força política e social real e com o momento histórico que vivemos. Podemos definir, com segurança, como objetivo principal a reeleição do presidente Lula e a retomada do projeto nacional de desenvolvimento, diante do novo período de ascensão da extrema direita e de ameaça à nossa soberania e à nossa democracia”.

Nesta definição acima, como em outras, Dirceu mistura alhos com bugalhos: 100% do PT defende a reeleição de Lula. E também defendemos um “projeto nacional de desenvolvi-

mento”. A polêmica está na natureza desse projeto e o lugar que achamos caber à atual classe dominante.

Na nossa opinião, só haverá projeto nacional de desenvolvimento neste Brasil de hoje e no futuro imediato, se o grande empresariado capitalista (financeiro, agro, mineradoras e transnacional) for derrotado politicamente.

A ausência desta definição estratégica nos cria problemas táticos. Uma prova disto está no próprio texto do Dirceu.

Quando ele o assinou, Dirceu definia assim a situação: “No momento atual, nosso governo retoma a iniciativa política e a extrema direita está na defensiva”.

Convenhamos, não é isso que estamos vendo neste final de abril de 2026.

A tática atual, baseada numa estratégia errada, nos colocou numa situação bem difícil. Podemos superar esta situação com ajustes táticos? Podemos. Mas se quisermos derrotar nossos inimigos, é preciso começar pelo começo: o grande empresariado capitalista não é nosso aliado.

É por isso, também, que não adianta esconder ou colocar em segundo plano o socialismo. A classe dominante brasileira é tão reacionária que ela trata qualquer mudança como se fosse uma revolução.

É verdade que Dirceu também não ajuda (aviso de ironia). Depois de criticar os que defendem uma ruptura, ele termina seu texto dizendo que “devemos defender uma revolução democrática e popular”; fala inclusive de “colocar na ordem do dia a democracia direta (..) mas também uma ampla reforma do Judiciário e das Forças Armadas”. Ou seja: ele traz de volta, pela

porta da frente, os supostos problemas que tentou expulsar pela janela.

Dirceu conclui seu texto insistindo que “a crise atual do capitalismo não se apresenta, no plano histórico concreto, como uma crise final ou como a abertura imediata de um ciclo revolucionário clássico. Trata-se, antes, de uma crise de reconfiguração profunda da ordem mundial, marcada pela disputa entre regressão autoritária e reconstrução democrática, entre financeirização predatória e projetos nacionais de desenvolvimento soberano. Nesse contexto, a tarefa estratégica das forças democráticas e populares não é a proclamação abstrata da ruptura, mas a construção concreta de maiorias sociais capazes de defender e ampliar a democracia, afirmar a soberania nacional e reorganizar as bases materiais do desenvolvimento. Defender a democracia e a soberania, portanto, não constitui recuo estratégico, mas etapa histórica coerente com a correlação de forças e condição indispensável para qualquer avanço transformador mais profundo no futuro.”

No “plano histórico concreto”, em nossa opinião, o que temos é uma crise que pode durar anos ou décadas. O que vai resultar desta crise depende de conflitos que estão em curso.

Dirceu acha que o máximo que pode ocorrer é uma “reconfiguração”. Pode ser que este seja o resultado? Pode. Mas não foi apenas esse o resultado, nem depois da primeira guerra, nem depois da segunda guerra. No primeiro caso tivemos uma revolução socialista na Rússia. No segundo caso, tivemos uma reconfiguração do capitalismo, a revolução na China e uma ampliação do campo socialista.

O que vai ocorrer agora? Não sabemos, ninguém sabe. Mas não há nenhuma razão para termos como horizonte máximo a reconfiguração do capitalismo.

O Brasil e a América Latina têm muitas das condições objetivas necessárias para sermos a base, não apenas de uma reconfiguração do capitalismo, mas também de um novo ciclo socialista. Claro que para isso acontecer será necessária uma longa marcha, uma acumulação de fatores políticos que não é nada fácil de fazer. Mas é a isso que o PT deve se dedicar, estrategicamente falando, se não quisermos ter o mesmo destino de outros heróicos partidos da esquerda brasileira, que em nome de fazer o possível, deixaram de fazer o necessário. E no curso do processo terminaram perdendo sua alma. As duas.



Socialismo, soberania e direitos¹

O programa do PT para transformar o Brasil: soberania, igualdade, democracia, desenvolvimento e socialismo

**Breno Altman, Maria Carlotto, Natália Sena,
Patrick Campos, Suelen Gonçalves e
Valter Pomar**

Apresentação

Em abril de 2026 o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras vai realizar seu 8º Congresso. Estarão em debate a situação política e nossa tática, as diretrizes de governo 2027-2030, o programa e a estratégia do Partido, bem como nossas disposições organizativas e estatutárias.

A classe trabalhadora tem objetivos imediatos e históricos, que se materializam de diferentes maneiras em cada situação concreta. O programa do Partido busca ser a síntese desses objetivos, acentuando sua dimensão de médio e longo prazo, em articulação com

1. A primeira versão desse texto foi apresentada no dia 17 de fevereiro de 2026. A segunda versão, no dia 5 de abril de 2026

nossa estratégia para que a sociedade brasileira seja dirigida por quem produz nossas riquezas: a classe trabalhadora.

Introdução

Em 1980, quando foi criado, o Partido dos Trabalhadores defende a necessidade urgente de transformações profundas na sociedade brasileira, em favor da grande maioria do nosso povo. Algumas dessas transformações são tão revolucionárias que, já no Manifesto de Fundação do Partido, se reconhece que nosso programa implica superar o capitalismo ou, ao menos, dar passos substanciais nesse sentido. Outras transformações defendidas pelo PT são, em tese, compatíveis com o capitalismo, mas não com o tipo de capitalismo realmente existente no Brasil e no Mundo, o que na prática as torna tão revolucionárias quanto aquelas transformações explicitamente socialistas. Além disso, desde sua fundação o PT também defende medidas imediatas, que mesmo que não transformem a natureza estrutural da sociedade brasileira, contribuem para melhorar desde já a vida do povo, não apenas do ponto de vista material, mas também no que diz respeito à sua consciência política, à sua organização e capacidade de mobilização. As formulações do PT, em seus primeiros anos de vida, resumem essa agenda simultaneamente programática e estratégica falando da luta pelos “objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora”.

Em 2026, quase meio século depois da fundação, já com 46 anos de existência, o PT enfrenta desafios que são ao mesmo tempo iguais e diferentes daqueles que marcaram seus anos de fundação. São iguais, no sentido de que continuamos

enfrentando a herança maldita da colonização, do escravismo, do patriarcado, do imperialismo e de um capitalismo brasileiro profundamente dependente, desigual e politicamente oligárquico. Mas são diferentes porque o mundo mudou, o capitalismo brasileiro mudou, as classes trabalhadoras mudaram e as classes dominantes também não são as mesmas, como se pode perceber crescente peso político adquirido pela extrema-direita, abertamente autoritária, que expressa os interesses combinados do capital financeiro, do agroextrativismo e do imperialismo.

Essas mudanças tornam necessário, ao mesmo tempo, reafirmar e atualizar nosso programa democrático-popular e socialista. E tornam igualmente necessário, mais do que nunca, combinar programa e estratégia. Um partido de massas, com forte presença nas instituições, não pode apresentar propostas sem, ao mesmo tempo, dizer como pretende torná-las realidade. É da visualização do caminho a ser percorrido que resulta parte importante da disposição de luta das massas que precisamos mobilizar para atingir nossos objetivos imediatos e históricos. Com base nestas diretrizes, este texto reafirma e atualiza nossas resoluções partidárias, em particular a “Resolução sobre Estratégia e Programa” aprovada no 6o Congresso do PT (o 7o Congresso, como sabemos, na prática não aprovou resoluções).

O Brasil que temos

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo de sua história, tem sido alavancado por superexploração do trabalho, concentração de renda e riqueza, exclusão social, subordinação aos centros imperialistas e controle oligárquico da política e das

instituições estatais pelas classes dominantes locais. O processo de formação dessas classes, associado à sua inserção subalterna na ordem capitalista mundial, somente ofereceu, aos trabalhadores e às demais camadas populares, a chibata do escravismo, da desigualdade, da dependência, da pobreza e da subordinação política, do racismo e do patriarcado. Do caráter dependente do nosso capitalismo, resulta a natureza restrita da nossa democracia. Do entreguismo constante, resulta o golpismo permanente das nossas classes dominantes.

Esses fenômenos, longe de constituírem deformações ou enfermidades do sistema brasileiro, representam sua própria lógica. Cruzam-se e sintetizam o processo permanente de barateamento da mão de obra, apropriação dos recursos estatais por grupos monopolistas, abertura indiscriminada aos fluxos internacionais de capital, desobrigação fiscal sobre o lucro capitalista, exploração predatória dos recursos naturais, privatização do público e do comum, um Estado dominado por uma minoria. São esses os caminhos pelos quais a burguesia brasileira historicamente se embrenhou para compensar fragilidades estruturais e melhorar seu lugar na acumulação planetária de capitais. A grande “vantagem comparativa” do capitalismo brasileiro é a superexploração do nosso povo e das nossas riquezas naturais.

A reprodução da miséria e da pobreza, combinada com a opressão de raça e de gênero, sempre foi funcional para a manutenção de um gigantesco exército industrial de reserva, do qual depende nossas taxas de superexploração, além de refletir a situação de abandono provocada por modelos de desenvolvimento em que o mercado interno se restringe às camadas médias e ricas

da sociedade. O desenvolvimentismo, mesmo nos seus melhores momentos, não conseguiu superar a desigualdade abissal no qual se funda o capitalismo brasileiro.

Ao longo da nossa história, houve momentos em que se tentou mudar o rumo até então predominante do nosso desenvolvimento. O primeiro momento deu-se quando frações nacionalistas da burguesia, com forte base entre os trabalhadores, ascenderam à direção do Estado, como foram os casos do segundo governo de Getúlio Vargas e da administração de João Goulart. O segundo momento deu-se quando, durante os governos Lula 1, Lula 2, Dilma 1 e Dilma 2, um partido orgânico da classe trabalhadora alcançou o comando do executivo nacional. Apesar das imensas diferenças entre os governos trabalhistas e os governos petistas, nos dois momentos houve um redirecionamento do orçamento nacional para a expansão do mercado interno de massas por meio do aumento de salários e direitos, do fortalecimento do Estado como indutor e coordenador do desenvolvimento econômico e da busca por exercer uma política internacional efetivamente soberana. Em nenhum daqueles dois momentos vivemos uma revolução no sentido clássico desta palavra, ou seja: uma tentativa de melhorar a vida do povo superando o capitalismo. Ressalvadas as já citadas diferenças, o que se buscou no governo eleito de Vargas, no governo Jango, bem como nos governos Lula e Dilma citados, foram reformas para melhorar as condições de vida do povo brasileiro nos marcos do capitalismo.

Mas o imperialismo e a classe dominante brasileira são forçados pela sua condição estrutural a ignorar sutilezas e nunca

entenderam bem a diferença entre “reformas” e “revolução”. Não por acaso Vargas, Jango, Dilma e Lula foram alvo de golpes, tramados e executados pelos setores hegemônicos do empresariado e seus aliados externos, que comandaram movimentos de caráter antinacional, antipopular e antidemocrático com o objetivo de trazer o capitalismo brasileiro de volta ao seu leito histórico, onde as únicas reformas que eles consideram aceitáveis são as contrarreformas.

Até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, governo marcado pela inserção do Brasil na financeirização global sob hegemonia estadunidense, as características do capitalismo brasileiro se exacerbaram: além de gerarem sofrimento e escassez de oportunidades às amplas majorias, atolaram o país em baixas taxas de crescimento e investimento, ao mesmo tempo em que a rentabilidade dos ativos financeiros impulsionava os lucros monopolistas na mesma medida em que produziram um dos mais dramáticos processos de desindustrialização da história do capitalismo.

A principal consequência desse processo sobre o mundo do trabalho é bastante conhecida: brutal precarização das relações laborais, que se iniciou nos governos tucanos, sendo aprofundada no governo golpista de Michel Temer e no governo golpista de Jair Bolsonaro. O país foi enredado na desindustrialização, nas privatizações de estatais e serviços públicos, na ampliação do território dedicado à agricultura de commodities e no extrativismo mineral, consolidando uma completa subordinação ao sistema financeiro internacional.

O cenário gerado pelos dois mandatos presidenciais do PSDB (1995-2002) começou a ser alterado durante os governos liderados pelo PT, a partir de 2003, quando a elevação geral dos salários, a expansão de direitos, a recuperação do Estado e a reorientação do orçamento público impulsionaram o mercado interno, dinamizando o conjunto da economia em conjunto com a expansão do comércio mundial de commodities. A partir da crise mundial capitalista de 2008, no entanto, paulatinamente emergiu forte reação burguesa, buscando cortar profundamente custos salariais diretos e indiretos, além de recuperar espaço nos gastos e fundos públicos, particularmente através da receita com juros e subsídios diversos. Essa contraofensiva foi relativamente contida até 2013, pelo sucesso das administrações petistas em preservar o emprego, a renda do trabalho, o consumo familiar, o investimento estatal e o crescimento econômico geral. Mas à medida que a “marola virou tsunami” – ou seja, à medida que os Estados Unidos e as elites financeiras operaram para fazer o povo e as periferias do mundo pagarem a conta da crise de 2008 – a classe dominante brasileira mudou de estratégia: deixou de lado o apoio à oposição legal e passou a apoiar abertamente o golpismo. Depois da derrota eleitoral sofrida nas eleições presidenciais de 2014, a oposição de direita abandonou os parâmetros democráticos estabelecidos na Constituição de 1988, estimulou a mobilização da extrema-direita e apostou no golpe como única maneira de fazer declinar as conquistas do trabalho. O golpe de 2016 contra a presidenta Dilma, o golpe jurídico impetrado contra o presidente Lula e a fraudulenta eleição de 2018 comprovam, mais uma vez, a incompatibilidade entre a via brasileira

de desenvolvimento capitalista, as liberdades democráticas e os interesses nacionais-populares.

O velho sistema oligárquico-burguês revela-se, portanto, incapaz de conviver com democracia popular, desenvolvimento sustentável, justiça social, direitos civis e independência nacional. Não se trata, portanto, de uma oposição somente ao socialismo; trata-se de uma oposição total da classe dominante brasileira às reformas mínimas “civilizatórias” e, assim, à própria democracia. É por isso que empresários que individualmente parecem ser “civilizados” deram e seguem dando apoio às forças politicamente mais reacionárias, fundamentalistas, racistas, misóginas e antidemocráticas. Vale destacar, também, que a predominância do capitalismo financeirizado, combinado com o extrativismo das mineradoras, do agronegócio e mais recentemente das big techs, aprofundou as características reacionárias da classe dominante brasileira. O que nos últimos anos foi acentuado pela ofensiva dos Estados Unidos e seus aliados contra os interesses do chamado Sul Global, de que o Brasil faz parte.

É nessas circunstâncias que o 8o Congresso do PT deve debater e apontar como criar as condições políticas, materiais e culturais para realizar as transformações profundas que o Brasil necessita. Trata-se de atualizar as determinações que norteiam a atuação do Partido dos Trabalhadores, tal como afirmam o Manifesto de Fundação e as resoluções sobre socialismo petista aprovadas no 7º Encontro Nacional (1987), no 1º Congresso (1991), no 3º Congresso (2007) e no 6º Congresso (2017).

Melhor seria, para o povo brasileiro, se pudéssemos agir por “etapas” claramente delimitadas: primeiro realizar as mudan-

ças imediatas para, depois, realizar as reformas estruturais nos marcos do capitalismo e, finalmente, construir uma sociedade pós-capitalista, ou seja, socialista. Mas a postura da classe dominante brasileira, as transformações ocorridas no capitalismo nacional, assim como a dinâmica imposta pelo capitalismo e pelo imperialismo em âmbito internacional tornam impossível esta separação estanque e esquemática entre o “imediato” e o “histórico”, entre a “reforma estrutural” e a “revolução política e social”.

Como demonstram as experiências de Vargas 1954, Jango 1964, Dilma 2016 e Lula 2018 (e como demonstram, também, as tentativas frustradas de golpe que desembocaram na fracassada intentona de 8 de janeiro de 2023), nossos inimigos não permitem que sigamos uma estratégia passo-a-passo, fazendo estritamente apenas o que é possível em cada etapa e só avançando para a etapa seguinte quando as condições estão perfeitamente construídas. Assim sendo, nosso desafio é elaborar e, principalmente, implementar um programa e uma estratégia que envolvam fazer não apenas o “possível nos marcos da correlação de forças”, mas também forçar o limite do possível. É importante frisar este ponto: nunca precisamos tanto do apoio ativo de amplos setores das classes trabalhadoras, e esse apoio dependerá em boa medida do que consigamos realizar de diferente dentro das estritas margens de manobra que temos, o que nos obriga a atuar, sempre, forçando os limites do possível.

Além disso, as linhas gerais do nosso programa já nos colocam diante de um fato político incontornável: existe uma contradição essencial entre os interesses da classe trabalhadora

versus os interesses da classe dominante, de conjunto e em cada uma de suas diferentes frações.

Dizendo de outra forma, reduzir o espaço do setor privado no campo da educação significa necessariamente enfrentar o empresariado da educação. Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) é colidir com os interesses do setor de saúde suplementar, via planos de saúde, convênios e hospitais particulares. Um programa robusto de moradia popular não avança sem enfrentar o capital imobiliário. Serviços básicos de fornecimento de água, luz e transporte de qualidade pressupõe enfrentar os processos de privatização, inclusive retomando para o povo as estatais que foram entregues de forma fraudulenta ao “capitalismo de cassino”. Alimento de qualidade só será possível com reforma agrária e subordinação econômica e política do agronegócio aos interesses nacionais. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário só com o confronto direto dos interesses dos empregadores em pagar salários menores com jornadas maiores. Enfrentar as condições de superexploração dos trabalhadores negros, contribuindo para a valorização da massa salarial e das condições de trabalho de toda a classe, é trombar com séculos de dominação. Reconhecer o peso do trabalho reprodutivo e de cuidado das mulheres, incluindo-o nos custos gerais de reprodução da força de trabalho, é reduzir a margem de lucro do empresariado como um todo. Garantir creches públicas vai na contramão dos interesses do setor privado.

Isso sem falar que um programa de garantia de serviços públicos de qualidade depende, essencialmente, de orçamento público; orçamento este capturado, na sua maior parcela, pelo

setor financeiro brasileiro, o oligopólio privado que hoje, graças à “autonomia” (leia-se, captura total pelos interesses privados) do Banco Central, usufrui de uma das maiores taxas de juros reais do mundo, o que fez o país pagar R\$ 1 trilhão de juros em 2025, um recorde histórico indecente para um país com as desigualdades brasileiras. Coincidentemente, em 2025, pelo segundo ano consecutivo, o maior banco privado brasileiro, o Itaú, obteve lucro líquido recorde na história do Brasil: mais de R\$ 46 bilhões.

E de maneira mais ampla, mudar a sociedade brasileira e mudar o lugar do Brasil no mundo entrem em choque com o imperialismo, especialmente nesse momento de profunda crise sistêmica do capitalismo e de declínio da hegemonia dos Estados Unidos.

Em outras palavras, fazer valer os interesses imediatos da classe trabalhadora implica, necessariamente, entrar em contradição com interesses materiais estruturais da classe dominante, a chamada burguesia, em particular, suas frações financeira e agrário-exportadora. Assim como entra em choque com os interesses do imperialismo. Na prática, isso vincula profundamente as três dimensões programático-estratégicas que apontamos antes: o imediato, a reforma e a revolução. O que, é bom lembrar, é uma característica comum a outras formações sociais como a brasileira, em que o peso da dependência de uma estrutura patriarcal e racista secular produziu um capitalismo essencialmente baseado na superexploração de amplos setores da classe trabalhadora. Para este capitalismo, reduzir a superexploração é tirar as bases de sua existência. Por isso, a classe dominante enxerga “comunismo” em qualquer bandeira popular.

Isso é evidente para o PT que, enquanto partido orgânico da classe trabalhadora brasileira, foi duramente marginalizado e combatido pelas classes dominantes do país desde sua fundação, e muito especialmente depois que assumiu o controle do governo federal. A tentativa de criminalização da cúpula do partido – que se iniciou em 2005 com o “Mensalão” e culminou na prisão de Lula em 2018 – é expressão disso; igualmente, a tentativa da classe dominante de interditar e inviabilizar o PT a partir do golpe de 2016, via “Operação Lava Jato” e outras iniciativas.

Em suma: a natureza do PT, como partido de classe, o coloca obrigatoriamente diante do caráter incontornável da luta de classes ou, se quisermos, das contradições que organizam a dinâmica política no sistema capitalista mundial, hoje em crise. Assim, se é verdade que, em determinadas circunstâncias, o PT pode e deve fazer alianças táticas com setores específicos das classes dominantes, também é verdade que – considerando o horizonte histórico do Partido de fazer da classe trabalhadora classe dominante – essas alianças não podem ser alianças estratégicas.

Do ponto de vista estratégico, o objetivo do PT é organizar e representar a classe trabalhadora brasileira, fazendo dela classe dominante para que o Estado brasileiro seja colocado a serviço da maioria da população. Dito de outro modo, o objetivo estratégico do PT é construir um Brasil socialista. Nas condições atuais, isso nos coloca diante de um desafio político específico: alargar o horizonte de expectativa das classes trabalhadoras, enfrentando não só a tendência à desmobilização quanto a desilusão geral da população, que conduz à indiferença e/ou à adesão ao discurso destrutivo da extrema-direita. Isso implica na tarefa de recuperar

a ideia de que podemos construir uma nova sociedade e um novo Brasil, reconquistando a ideia de futuro.

Alargar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora

As duas tarefas históricas do PT, a saber, 1) organizar a classe trabalhadora para 2) construir uma sociedade socialista no Brasil podem parecer, para muitos, não só excessivamente ousadas, mas também contraproducentes de serem enfatizadas num ano eleitoral. Seria um horizonte quase utópico no mau sentido da palavra, de um objetivo histórico “impossível” que, além de inalcançável, consumiria grande parte de nossas energias militantes, impedindo-nos de conquistar “o possível”. Essa leitura é perfeitamente coerente com o horizonte de expectativas hegemônico da nossa época. Nesse cenário, ganha força o ímpeto de prudência de lideranças importantes da esquerda, que defendem rebaixar o programa do partido para que ele seja, supostamente, mais palpável e palatável para a maioria da população. Assim, muitos deixam de falar de socialismo porque o socialismo estaria, supostamente, “além do horizonte de expectativas” da classe.

Ao considerar a construção de uma sociedade socialista um horizonte impossível no curto e no médio prazo, muitos setores da esquerda brasileira e mundial operam dentro do horizonte rebaixado que predomina nas sociedades capitalistas no atual contexto histórico. De certa forma, é esperado que o Partido, seus militantes e seus dirigentes assumam a perspectiva de futuro socialmente predominante. Até porque, o horizonte de expectativas, ou, simplesmente, a perspectiva de futuro social-

mente compartilhada é um aspecto em geral negligenciado de qualquer contexto.

Daí por que é preciso assumir como tarefa histórica – consciente e organizada – justamente alargar o horizonte de expectativas com o qual atua a classe trabalhadora. Nossa perspectiva deve priorizar o futuro não só como realidade vagamente possível (que pressupõe uma postura relativamente passiva sobre o devir do país e do mundo), mas como realidade factível – o que nos obriga a pensar sobre como devemos agir diante do atual contexto para construir a sociedade que defendemos. Para tanto, o inconformismo, a indignação e a ousadia devem ser tão ou mais valorizados e incentivados entre militantes petistas do que o pragmatismo, o realismo e a responsabilidade política. Até porque, em excesso, qualquer desses traços pode ser contraproducente do ponto de vista político.

Tudo isso é fácil de entender quando lembramos que o ciclo de independências nacionais que deram origem aos principais países da América, incluindo o Brasil, se deu num contexto marcado pela consolidação de um horizonte de expectativas profundamente otimista e orientado para o futuro. Estávamos na “era das revoluções” que, a partir do final do século 18, envolveu revolução científica, revolução industrial, revolução nacional, revolução democrático-burguesa, revolução socialista. Estava aberto um novo tempo, não mais pautado no medo e na tradição, mas orientado, em última instância, para o futuro, na certeza de que seria possível construir, neste mundo e a partir da ação humana organizada, uma sociedade melhor – no limite,

uma sociedade comunista, nascida da superação do capitalismo pelo socialismo.

As independências da América vão ocorrer nesse contexto, já sob o marco das revoluções burguesas europeias e norte-americana, mas também sob a sombra da revolução popular e negra do Haiti de 1791. Não restam dúvidas de que todas as independências americanas, a brasileira foi a mais conservadora. Não só porque preservou mais do que em outros países os laços de dependência com a Europa, encarnados na monarquia, depois tornada império; mas porque conservou a essência da estrutura econômica e social colonial, marcada pela grande propriedade, monocultora, exportadora e, sobretudo, escravocrata e patriarcal. Mesmo sob um horizonte de expectativas aberto e inspirado por ideais de liberdade, igualdade e fraternidade – que já haviam animado, por exemplo, a Inconfidência Mineira de Tiradentes e a Confederação do Equador de Frei Caneca –, a oligarquia brasileira, da qual descende a atual burguesia, foi incapaz de imaginar uma comunidade nacional de iguais. Ao contrário, reafirmou a violência, a dominação e a desigualdade do período anterior, inaugurando um longo ciclo de modernização conservadora que mais conservou do que transformou. Vide os impulsos golpistas e autoritários e os vínculos históricos da direita brasileira com o setor agrário exportador.

No que depender da burguesia brasileira, nosso destino nunca irá muito além desse horizonte tacanho – dependente e desigual –, tornando-a incapaz de realizar sequer o ideal burguês de uma nação soberana formada por uma comunidade de cidadãos formalmente iguais, embora socialmente divididos em classes. É

por isso que, nem sequer o ideal democrático do “povo” a burguesia brasileira, marcada pelo racismo e pelo elitismo, é capaz de aceitar, não sendo por qualquer outra razão que o Brasil só vai instituir o sufrágio verdadeiramente euniversal nas eleições de 1989, cem anos depois da Proclamação da República e quase dois séculos depois da declaração de Independência, ocorrida na esteira das primeiras revoluções democrático-burguesas.

Esse caráter profundamente conservador das classes dominantes brasileiras não se deve apenas à herança cultural da colônia escravocrata. Tem raízes estruturais constantemente reatualizadas: o capitalismo dependente brasileiro constrange o horizonte de possibilidades do país, tornando quase um destino a sua função atual na divisão internacional do trabalho: a função primário-exportadora; ou, ainda, naturalizando as baixas taxas de crescimento do país e a dependência estrutural.

É por tudo isso que a marca das classes dominantes brasileiras é a reafirmação do passado, a reiteração do mais do mesmo: dependência, dominação patriarcal, racial e de classe, violência, desigualdade, subordinação externa, autoritarismo. Nesse contexto, cabe à esquerda, em particular à esquerda socialista e ao Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, a tarefa de alimentar e realizar os ideais mais básicos de país, em particular, os ideais de soberania nacional, democracia política e igualdade social.

Mas o ponto central, e que define o desafio particular para a esquerda brasileira, é que, no atual contexto histórico, o horizonte de expectativas hegemônico não é mais o otimismo da “primavera dos povos” vigente na emergência do capitalismo. Ao

contrário, desde os anos 1970, o capitalismo vive uma crise profunda, de caráter sistêmico, que tem revertido completamente a perspectiva de futuro socialmente compartilhada. O risco iminente de mundialização das guerras em curso é só a confirmação mais dramática disso. Sob a égide da crise sistêmica – crise econômica, social, ambiental, democrática, cultural, internacional articuladas – o horizonte se fecha e ressurgem, com força, ideias já superadas, como o dogma medieval do terraplanismo e do fundamentalismo religioso.

Outro sinal dramático de um horizonte de expectativas nublado pelo medo e pela interdição do futuro é o crescimento das distopias. Fala-se abertamente em apocalipse, disparam os filmes e séries baseados sobre o fim do mundo, muitos se preparam para o colapso iminente. É verdade que esse sintoma tem bases concretas: por um lado, a mudança climática agravada pelo ímpeto predatório do capitalismo, que ameaça comprometer irremediavelmente as condições de vida do planeta; por outro lado, os riscos não desprezíveis de uma conflagração nuclear.

É nesse sentido que, ao contrário do futurismo que predominava no início do século 20, no início do século 21 predominam o “presenteísmo”, o ultrarrealismo e o pragmatismo conformista que torna aparentemente “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”. Vale destacar que o “presenteísmo” tem relação direta com o “curtoprazismo” que determina a lógica do capital financeiro. Trata-se do espírito dominante das classes dominantes do nosso tempo, que tenta capturar e subordinar o pensamento da esquerda e da classe trabalhadora.

É justamente nesse contexto que a tarefa da esquerda se mostra ainda maior. Cabe à esquerda, em particular ao Partido dos Trabalhadores, reivindicar uma perspectiva de futuro aberta e otimista, mostrando como é possível construir uma sociedade marcada pela igualdade real e pela liberdade plena. Um mundo possível de ser construído pela ação coletiva, sem guerras, sem hierarquias internacionais, sem dependência econômica e política. Um mundo em que ninguém sofra estigma pela cor da sua pele, por seu gênero, por sua classe social, por sua orientação sexual, por suas escolhas culturais. Em suma, um mundo democrático e socialista, onde o inferno seja apenas uma invenção cultural e a crise climática possa ser racionalmente debelada, de modo que o “fim dos tempos” possa ficar definitivamente para trás.

Em suma, é preciso elevar o horizonte de expectativas com o qual trabalhamos, evitando naturalizar o horizonte rebaixado que as classes dominantes, particularmente no Brasil, tentam impor sobre nós e sobre o conjunto da classe trabalhadora. Alargar o horizonte de expectativas da classe é uma tarefa concreta, que terá profundas implicações políticas imediatas.

Cabe, nesse sentido, olhar com muita atenção para a atuação da extrema-direita no Brasil e no mundo, que tem demonstrado grande capacidade de engajamento a partir de um programa e de atitudes políticas supostamente “ousadas” – vimos isso, por exemplo, na eleição de Bolsonaro que parecia impossível; nos quatro anos em que ameaçaram, para finalmente tentar dar um golpe de Estado; na luta pela anistia de Bolsonaro, que terminou na aprovação do projeto de “dosimetria” que, na prática, reduz

drasticamente as penas de Bolsonaro. Estamos vendo algo semelhante nos EUA com Trump, apesar de alguns reveses, e na Argentina com Milei.

Nesse *modus operandi*, a extrema-direita agita o seu núcleo duro formado – tal como mostram todos os dados sobre bolsonarismo, incluindo as sondagens feitas nos seus atos de rua – por homens, brancos, ricos, escolarizados e politicamente reacionários em torno de um programa máximo que parece “impossível” à primeira vista, mas vai pouco a pouco avançando por ação e pressão política dessa “militância” de extrema-direita. Isso, em certa medida, deriva do fato de que a extrema-direita não atua a partir de um hiper-realismo ou de um pragmatismo no sentido estrito da palavra, ou seja, não se conforma em aceitar a realidade dada e ajustar as expectativas ao que parece estritamente possível naquele contexto. Ao contrário, a extrema-direita tem, ao menos em certa medida, atuado a partir das suas “utopias” – melhor é falar em distopias; e, com isso, tem ganhado adesão, militância engajada e um eleitorado incrivelmente fiel.

De fato, não é exagero dizer que parte importante do sucesso eleitoral da extrema-direita, e que lhe permitiu diversas vezes liderar o campo político da direita como um todo, está, justamente, na sua capacidade de alargar o “horizonte de expectativas” dos seus militantes, engajando-os ativamente na defesa aberta de um projeto aparentemente “ousado”, que inclui da destruição da democracia à invasão do Brasil pelos Estados Unidos. Isso pode trazer – e muitas vezes traz – algum custo eleitoral no curto prazo, mas, no médio e longo prazo, mantém unida e mobilizada sua militância. Por isso, a extrema-direita não é, rigorosamente,

uma força conservadora, que se limita apenas a defender a preservação do status quo. A extrema-direita quer muito mais: quer destruir o que sobrou de positivo na Constituição de 1988 para construir uma “nova” sociedade – uma sociedade essencialmente autoritária, violenta e desigual, isto é, o espelho local de uma sociedade capitalista mundial em marcha forçada para o passado.

Uma das tarefas do PT é fazer o movimento oposto. Precisamos alargar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora brasileira, para que ela acredite – e, assim, se engaje organizadamente – na luta por uma outra sociedade, uma sociedade essencialmente democrática, harmônica e igualitária, isto é, uma sociedade socialista, que implicará transformações estruturais – que hoje podem parecer impossíveis – na economia, na sociedade e na institucionalidade da sociedade brasileira. Não faremos essas transformações e não construiremos essa nova sociedade se não colocarmos isso no horizonte de possibilidade do nosso tempo. Aliás, não teremos nem mesmo êxito nas lutas imediatas e nas reformas estruturais, se não colocarmos o socialismo como nosso objetivo programático.

O socialismo petista

A emancipação dos trabalhadores, nesse sentido, somente será possível com a superação do regime capitalista, que não apenas é incapaz de resolver os grandes problemas do país como os agrava continuamente. Reformas que arrefeçam a natureza parasitária do capitalismo brasileiro devem ser entendidas como potencialmente antagônicas às características dominantes que o regulam, colocando sob tensão a sobrevivência do próprio siste-

ma e desmontando seus pilares de sustentação, ao mesmo tempo em que favorecem a educação política e a mobilização de amplas massas.

O PT entende que a reconstrução do socialismo como ideal de amplos setores sociais é um dos maiores desafios de nossa época. Nosso partido se constituiu realizando uma profunda crítica aos limites e às contradições da social-democracia e ao chamado socialismo real. Ao fazê-lo apontou a necessidade de superação da gênese e dinâmicas da concentração capitalista, de ruptura dos monopólios sobre a indústria, o comércio, a terra e as finanças, a necessidade de planificação democrática da economia, de fortalecimento de empreendimentos não monopolistas e da economia solidária e cooperativa, de grande desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura em geral, bem como de sua democratização, de proteção e sustentabilidade ambiental.

As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, na direção da superação da dominação de seres humanos por outros seres humanos, envolverão processo continuado de lutas e conquistas, rupturas e conflitos, criação e recriação de experiências em todos os campos da vida humana. Como em outros períodos históricos, as experiências de transformação nada terão de linear.

O Partido dos Trabalhadores buscará, com maior audácia e rigor teórico, com vigor e compromisso, intensificar o debate sobre os fundamentos de nossa concepção de socialismo democrático em diálogo com as forças populares, intelectuais, artistas, partidos de esquerda, alimentando-nos para isso tam-

bém da interlocução com a esquerda em diferentes partes do mundo. Mas o fazemos a partir da luta e da experiência concreta da classe trabalhadora, cuja força e movimento alimentam a existência do PT. Movimentos sociais como os movimentos negros, feministas, dos sem-terra e sem teto, movimentos indígenas, movimentos ambientais e ecológicos, comunitários, culturais e sindicais alimentaram e seguem alimentando o programa do PT. Temos a convicção de que a sociedade capitalista, baseada na exploração e na opressão, está longe de ser o fim da história e de que ela pode e deve ser superada, para que a humanidade alcance novos patamares de dignidade e padrões de convívio social justos e livres.

O socialismo pelo qual lutamos corresponde à mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero. A igualdade e a equidade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econô-

mica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular e planejamento econômico, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

O socialismo petista é internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente, ainda que não neguemos a força mobilizadora da identidade nacional e a importância da soberania nacional, desde que elas sejam profundamente populares. Assim, os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, para que sejam capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz. Manifestamos aqui nossa total solidariedade à Palestina, alvo de genocídio, opressão e “limpeza étnica”, e expressamos nossa profunda repulsa ao Estado de Israel, genocida, colonial, supremacista e expansionista. Reiteramos nossa firme solidariedade ao Irã, que resiste às agressões de Israel e dos EUA, bem

como aos povos do Líbano, da Síria e do Iêmen, alvos frequentes de ataques do regime sionista. Manifestamos também total solidariedade a Cuba e Venezuela, submetidos a uma brutal pressão dos EUA imperialistas. E saudamos a classe trabalhadora dos EUA por sua enérgica luta contra os desmandos fascistas, especialmente de Trump e seu governo.

A economia socialista deverá ter como centro organizador o planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para tanto será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais.

O principal pilar desse novo modo de produção será a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se limite à propriedade estatal, e que deve assumir também outras formas — individual, cooperativa, pública não estatal etc. — que a própria sociedade venha a decidir, democraticamente.

Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

No caso do Brasil, o progresso desse novo sistema depende, em grande medida, da integração latino-americana e do fortalecimento de blocos que se contraponham ao controle dos Estados imperialistas sobre as principais entidades creditícias, comerciais, reguladoras e militares do planeta. A alternativa socialista não se circunscreve apenas às fronteiras nacionais, pois sua viabilidade está parcialmente condicionada pela capacidade de criar gigantescos ativos em infraestrutura, crédito, mercado de consumo, escala de produção, comércio exterior e tecnologia, proteção do meio ambiente e autodefesa.

Os ideais e valores do socialismo democrático se constituem, para nós, nos referenciais para formulação das bandeiras de luta e para a construção de nosso programa alternativo para o país.

As profundas reformas de que nosso país necessita exigem a um só tempo mobilização popular e construção social, elaboração intelectual e política. Nosso intuito é que sejam defendidas pela maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, pela juventude,

por intelectuais e cientistas engajados(as), por povos originários e gente brasileira de todas as etnias, em todas as regiões do país.

O PT está desafiado a contribuir para a ampliação da organização e consciência crítica das classes trabalhadoras. Nesse sentido, o partido deve seguir atualizando seu programa em diálogo com os sindicatos, com os movimentos sociais, com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com todos os setores e personalidades comprometidos com a transformação da sociedade brasileira no rumo da justiça social e da verdadeira democracia.

Trata-se de combinar, cada vez mais, mobilização social e ação institucional, o que envolverá conflitos e rupturas, pois a natureza das classes dominantes brasileiras, além de colonial, patriarcal e racista, é profundamente antidemocrática, refletindo mentalidade política decorrente do caráter particularmente predador e excludente do capitalismo tardio. Mesmo diante de reformas que beneficiem as classes populares sem afetar de modo estrutural os interesses das elites, o grande capital não hesita em atropelar as liberdades democráticas e o (mal) chamado “estado de direito”.

A realização dessas tarefas históricas depende, a médio e longo prazos, da construção do poder popular, de um Estado dirigido pelas classes trabalhadoras, condição indispensável para impulsionar reformas que promovam a transformação profunda da vida nacional. Esse é o caminho que materializa o destino traçado no manifesto de fundação do PT: “conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”. Nesse processo,

cumprirá papel decisivo a incorporação ativa das pautas de diferentes movimentos sociais de natureza popular, bem como a defesa aberta de políticas, leis e reformas que beneficiem a maioria da população. Temos que assumir abertamente uma posição proativa, baseada na proposição de pautas que contribuam para a mobilização de amplos setores da sociedade, especialmente das classes trabalhadoras.

A edificação de um Estado dirigido pelas classes trabalhadoras ultrapassa a disputa pelo comando das velhas instituições oligárquicas: apenas a radicalização da democracia, no curso de uma revolução política e constituinte, poderá sedimentar o processo de mudanças que almejamos. Novas instituições e métodos, que combinem mecanismos representativos com instrumentos plebiscitários, democracia direta e poder local, são indispensáveis para as reformas estruturais e a transição ao socialismo, com a plena vigência, entre outros direitos fundamentais, do voto universal e secreto, da liberdade de imprensa e manifestação, da livre organização partidária e sindical.

A via de aproximação para as classes trabalhadoras poderem colocar na ordem do dia o nascimento do Estado popular, nas condições históricas atuais, é o exercício da Presidência da República e a formação de uma maioria parlamentar defensora das reformas estruturais. Este é o desdobramento almejado de um processo que combine lutas institucionais e sociais, política de alianças e construção partidária, elaboração programática e reivindicações específicas, mobilização popular e batalha eleitoral, gestão local e atuação parlamentar, educação de massas e batalha cultural.

A conquista do governo federal representa etapa essencial, mas não significa que o poder político terá transitado para as classes trabalhadoras automaticamente. Um executivo nacional liderado pela esquerda e comprometido com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora abre, no interior do Estado, uma contraposição entre o Poder Executivo conquistado pelo bloco histórico popular; e de outro, as instituições que seguem a serviço dos desideratos das oligarquias. Apenas com a intensificação da disputa por hegemonia essa situação poderá ter solução favorável, a partir de medidas político-administrativas que ampliem o poder popular, de pressão permanente e organizada das ruas, do desmonte dos monopólios de comunicação, da elevação da consciência e cultura das massas, do reforço dos movimentos populares, do desaparelhamento do sistema jurídico-policial e da construção de políticas de defesa que impeçam a ingerência imperialista.

As forças populares à frente do governo federal precisam estar sempre preparadas para enfrentar ataques das elites oligárquico-burguesas à democracia, como resposta previsível desses setores à perda da direção do Estado. As medidas concernentes vão além de garantir maioria parlamentar: implicam transformar e democratizar radicalmente o Poder Judiciário, o Ministério Público, as forças policiais, incluindo a Polícia Federal e Rodoviária Federal, entre outras estruturas de coerção, impedindo seu controle pela alta tecnocracia ou por nichos corporativos vinculados aos interesses das classes dominantes.

Esse processo de democratização inclui de maneira decisiva o fortalecimento e a reformulação do papel das Forças Armadas,

com sua dedicação exclusiva à defesa nacional e a programas de integração territorial. Nesse sentido, é imprescindível a aplicação de todas as recomendações prescritas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no seu relatório final apresentado em 2014, no tocante à reversão das heranças da Ditadura Militar (1964-1985), em especial a punição dos torturadores; a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura; a reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento dos preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos; a reforma dos currículos das academias militares e policiais, com a mesma finalidade; a revogação da Lei de Segurança Nacional. A punição dos militares envolvidos na Intentona de 8 de janeiro de 2023 é um passo importante, mas muito mais precisa ser feito para que o Brasil disponha de forças armadas realmente à serviço do povo brasileiro.

A CNV recomenda ainda medidas essenciais para que se obtenha o fim do Terrorismo de Estado, que prevalece no Brasil mesmo após o término oficial da Ditadura Militar: a extinção da Justiça Militar estadual; a exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar federal; e a desmilitarização das polícias militares estaduais (PMs). As PMs brasileiras são a força policial mais letal do mundo e promovem o Terrorismo de Estado que humilha e intimida a população periférica e assassina milhares de jovens negros e pobres todos os anos. Não haverá democracia, e menos ainda socialismo, enquanto essa situação persistir.

Outro aspecto determinante na disputa por hegemonia é a brutal assimetria existente na configuração atual do sistema de

comunicação social, que permite aos porta-vozes da oligarquia (e sobretudo do capital financeiro) manipular massivamente a produção de notícias e de sentido sempre que lhes interessa, difundindo versões distorcidas dos acontecimentos. Deve ser estabelecido novo marco regulatório das comunicações, que acabe com o oligopólio da mídia tradicional (TV e rádio), impeça os abusos das big techs e assegure o direito à livre expressão, criando as bases jurídico-materiais para um sistema plural que incorpore os meios fundamentais de informação, entretenimento e cultura. Atualmente, a comunicação está capturada não só pelos grandes oligopólios nacionais, mas também pelas grandes corporações internacionais – especialmente estadunidenses – que levaram a possibilidade de manipulação da informação e da comunicação para outro patamar. Não haverá democracia, tampouco soberania sem enfrentar esse tema.

Isso implica dar prioridade, também, à construção da nossa autonomia tecnológica, o que não será feito sem um aprofundamento da reforma educacional. É preciso levar nosso programa para o campo da educação, ciência e tecnologia para outro patamar. Desvencilhando-se totalmente de recomendações internacionais centradas na lógica estadunidense e da influência do empresariado da educação, o PT deve defender um programa robusto de investimento público nesse campo, com um programa estratégico de formação de quadros e construção de autonomia científica e tecnológica em áreas críticas para nosso programa de desenvolvimento autônomo e democrático.

Ao mesmo tempo que reafirmamos que, nas condições históricas atuais, a via de aproximação para as classes trabalhadoras

poderem colocar na ordem do dia o nascimento de um Estado controlado pela classe trabalhadora é o exercício da Presidência da República e a formação de uma maioria parlamentar defensora das reformas estruturais, também enfatizamos que o golpe de 2016 contra Dilma, o golpe judicial contra Lula e a fraudulenta eleição de 2018 demonstram que a classe dominante é capaz de bloquear, mesmo momentaneamente, o caminho eleitoral ao comando do Estado.

Somente poderemos enfrentar esse risco se fortalecermos nossas relações com movimentos, frentes e partidos que tenham seu centro de gravidade na organização e mobilização popular, para defendermos o processo democrático a partir da vigilância e da fiscalização das instituições, recorrendo a métodos de intensa participação social. Para tanto, o Partido dos Trabalhadores deve recombinar atuação nos parlamentos e executivos com a intensificação da atuação de seus filiados nos núcleos, diretórios zonais, municipais e estaduais, bem como nos setoriais, de modo a fortalecer a participação nos sindicatos, organizações estudantis, culturais e populares, nas entidades de bairro e movimentos reivindicatórios, ajudando na revitalização da política e da confiança na participação popular, como instrumento de libertação econômica, social e política das classes trabalhadoras.

A formação de uma maioria social, política e eleitoral que sustente nossa estratégia deve estar ancorada em um programa que responda às angústias do povo brasileiro e aos entraves para o desenvolvimento nacional com reformas que desatem os nós impostos pelo capitalismo monopolista e orientem políticas públicas a serem adotadas ao se reconquistar o governo nacional.

As reformas estruturais – de cunho democrático, anti-monopolista, antilatifundiário, anti-imperialista e libertário – representam plataforma capaz de agregar amplas parcelas da população, das classes trabalhadoras aos pequenos e médios empresários, o mundo da cultura e a juventude, as mulheres, especialmente as feministas, e a população LGBTQT, os negros e os povos originários, os pobres da cidade e do campo, as classes trabalhadoras em geral. Trata-se, afinal, de tarefas inconclusas ou negadas pela hegemonia burguesa no Brasil, cuja realização romperia o dique da superexploração do trabalho, da exclusão social e da dependência nacional, da plutocracia política e do autoritarismo estatal, ao mesmo tempo em que se avançaria no rumo de uma sociedade pós-capitalista.

Tais propostas buscam abrir a transição para outro sistema econômico-social, dotando o país de um modelo que, sustentado pelo dinamismo do mercado interno e a centralidade do consumo coletivo, na forma de obras de infraestrutura e serviços públicos universais, promova a reindustrialização acelerada, o desenvolvimento regional, a autossuficiência agrícola, a independência financeira, a soberania nacional e a integração continental. Como já explicamos, esse programa – quando tomado de conjunto – é incompatível com o capitalismo realmente existente no Brasil.

Transformações estruturais: a revolução que o Brasil precisa

As propostas abaixo sintetizadas devem ser enriquecidas e corrigidas pelo debate preparatório e pelo plenário final do 8º

Congresso do PT. O programa como um todo visa construir nossa soberania, igualdade, liberdade, desenvolvimento e socialismo. Mas tendo em vista a centralidade da luta contra o imperialismo e contra o fascismo, enfatizamos nas propostas seu vínculo direto com a garantia da efetiva soberania nacional e com a garantia dos direitos. O que, destacamos, dialoga diretamente com a abordagem que estes temas devem ter na campanha eleitoral presidencial de 2026.

Soberania produtiva. Implementação de um plano nacional de desenvolvimento. Definição de metas e meios para o crescimento da economia por meio de um plano decenal, que tenha como principal objetivo a recuperação da indústria brasileira e a renovação da infraestrutura do país, levando em conta todas as diretrizes ambientais e sociais, o que exigirá enfrentar o extrativismo presente nas mineradoras e no agronegócio. Regionalização do desenvolvimento a partir de planos para o norte e o nordeste do país.

Soberania monetária e financeira. Reforma tributária e financeira. Tributação de juros sobre capital próprio. Tributação sobre lucros e dividendos. Taxação sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões. Adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Revisão da tabela do Imposto de Renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios. Reorganização do Banco Central como guardião da

moeda, do emprego e do desenvolvimento nacional, descartando sua autonomia frente ao governo federal, que na realidade põe o BC exclusivamente a serviço dos interesses dos grandes bancos e do rentismo. Lei antitruste do sistema financeiro. Separação entre bancos comerciais e de investimento. Ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos. Fortalecimento dos bancos públicos, na perspectiva de eliminar o oligopólio privado financeiro atualmente existente. Criação de uma agência de proteção aos direitos do consumidor de produtos financeiros.

Soberania energética. Retomada do controle acionário da Petrobras pela União. Recomposição do regime de partilha, com a participação obrigatória da Petrobras nas explorações do Pré-Sal. Criação do Sistema Nacional de Energia, com o controle estatal sobre todas as distintas empresas do setor.

Soberania alimentar. Reforma agrária, inclusive com desapropriação sem indenização. Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural para propriedades improdutivas. Redefinição dos índices de produtividade para fins de reforma agrária. Proibição da venda de terras para estrangeiros. Estabelecimento de limites regionais para a propriedade agrária e o agronegócio. Fortalecimento da agricultura familiar e das cooperativas agroindustriais como vertentes principais para a conquista de autossuficiência alimentar. Defesa dos direitos e heranças dos povos originários e dos quilombolas. Reequilibrar o orçamento nacional, dando prioridade à segurança alimentar e não ao agro-negócio voltado às exportações.

Soberania ambiental. Proteger nossos recursos humanos e naturais, das terras raras aos depósitos aquíferos, das florestas ao

oceano. Subordinar o agronegócio, as mineradoras e os latifúndios urbanos aos interesses nacionais.

Soberania educacional, científica e tecnológica. Cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, com investimentos de 10% do PIB nas redes públicas de ensino. Ampliação permanente e substancial do investimento em ciência e tecnologia. Regulação do setor privado de ensino. Valorização da carreira de professor, do ensino básico ao magistério superior.

Soberania cultural. Ampliação do investimento público em cultura, fortalecimento da produção popular e nacional.

Soberania política. Reforma das instituições e do sistema eleitoral. Parlamento unicameral e proporcional ao número de eleitores em cada estado. Adoção do voto em lista partidária paritária. Proibição de coligações proporcionais. Financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Fortalecimento dos mecanismos de democracia direta e soberania popular, subordinado a deliberações da Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, com ampliação da prerrogativa de convocação dos plebiscitos também para o poder executivo e os eleitores, entre outros instrumentos. Instituição de mandatos limitados para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e desembargadores dos TRFs e TJs.

Soberania comunicacional. Democratização da mídia nacional e controle rígido sobre a mídia estrangeira. Proibição de propriedade cruzada. Proibição de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo grau. Fortalecimento das emissoras públicas de TV e rádio, em especial

da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias. Criação de um Conselho Social de Comunicação, que autorize e renove licenças para emissoras de rádio e TV, retirando essa prerrogativa do parlamento. Criação do direito gratuito de antena para TV aberta e rádios e de um fundo de apoio a rádios e TVs comunitárias. Regulação da atuação das plataformas digitais transnacionais — e taxação dessas big techs por meio da criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para prover o Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo e aos Jornalistas, nos moldes propostos pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Garantia da cláusula de objeção por consciência para jornalistas.

Soberania militar. Reforma do sistema de Defesa. Fortalecimento e a reformulação do papel das Forças Armadas, com sua dedicação exclusiva à defesa nacional e a programas de integração territorial. Doutrina de Defesa Nacional que considere os Estados Unidos como principal ameaça global e regional. Aplicação de todas as recomendações prescritas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no seu relatório final apresentado em 2014.

Direito à segurança pública. Desmilitarização das PMs estaduais e unificação com a polícia judiciária. Reformulação do Sistema Nacional Penitenciário, com a incorporação de todas as prisões e casas de detenção a um modelo único de gestão. Programa nacional de revisão de penas, tendo em vista enfrentar o problema das prisões temporárias ilegais e o inchaço das prisões que beneficia o crime organizado e as grandes facções. Estabele-

cimento de uma política nacional de segurança pública com foco prioritário no desmantelamento dos núcleos político e financeiro do crime organizado. Fim da “guerra às drogas” e da política de encarceramento em massa, com revisão legal, especialmente das pequenas infrações que têm claro cunho persecutório da população mais pobre. Reestabelecimento da política nacional de desarmamento. Combate sem tréguas ao feminicídio.

Direitos trabalhistas e previdenciários. Revogação das chamadas “reforma trabalhista” (Lei 13.467) e “reforma da Previdência” (Emenda Constitucional 103/2019). Redução da jornada máxima semanal de trabalho para 40 horas e adoção da escala 5 x 2. Constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo. Aprovação da “Consolidação de Leis Sociais”, constitucionalizando o direito à renda mínima e outros benefícios.

Direito à cidade. Reforma urbana. Combate à concentração de propriedades urbanas por meio de medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária. Políticas públicas que eliminem o déficit habitacional, protejam as áreas verdes e de lazer, expandam os terrenos destinados a fins públicos como esporte e cultura. Políticas que garantam o transporte como direito universal, a ser exercido inclusive através de empresas públicas.

Direito à saúde. Fortalecimento do SUS, com aumento das verbas para saúde pública até 10% da receita corrente bruta. Implementação das decisões da 17ª Conferência Nacional de Saúde e da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

Direitos das mulheres. Combate urgente e implacável ao feminicídio e à violência de gênero, por meio de um leque de

políticas que envolvam desde a retomada do Estatuto do Desarmamento até a implantação efetiva de centenas de delegacias e unidades policiais especializadas com atendimento diuturno. Descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde. Garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual. Extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras.

Direitos das negras e negros. Manutenção e ampliação de todos os programas de combate ao racismo estrutural, englobados sobre a diretriz da reparação histórica.

Direitos humanos. Defesa integral do Estado laico. Descriminalização progressiva do consumo de drogas. Constitucionalização dos direitos de casais homoafetivos como entidade familiar plena. Promoção de políticas públicas e educacionais de combate ao racismo, ao machismo, à homofobia e transfobia e a toda forma de preconceito.

Conclusão

A realização desse programa de transformações, a ser detalhado e corrigido permanentemente em intenso diálogo social, tem como ponto de apoio fundamental uma coalizão de partidos e movimentos que represente o operariado industrial, o funcionalismo público, os assalariados de serviços e comércio, as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, trabalhadores/as informais e precarizados, trabalhadores rurais e camponeses sem terra; os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos; micro e pequenos empreendedores e pequenos proprietários rurais e urbanos. Também deve agregar cientistas, intelectuais, artistas

e jovens que impulsionam movimentos progressistas no campo da cultura e na sociedade; movimentos antirracistas que lutam por igualdade racial, de libertação das mulheres que lutam por igualdade de gênero, os agrupamentos de defesa dos direitos de gays, lésbicas e transexuais.

Nessa perspectiva o PT trabalhará com a Frente Brasil Popular, que deve ser ampliada e fortalecida como instrumento de mobilização e colaboração programática, preservando sua autonomia em relação às coligações eleitorais ou governamentais. Ao representar os agentes principais do projeto nacional que defendemos, deve atuar também para isolar as vozes do grande capital, ao mesmo tempo em que busca dividir a base de apoio deste, atrair setores que se descolam de sua direção e estabelecer acordos táticos capazes de contribuir para o fortalecimento do campo popular. O PT igualmente se empenhará em manter o diálogo e estreitar relações políticas com as organizações integrantes da Frente Povo Sem Medo, para que sejamos capazes de construir uma atuação popular cada vez mais articulada e coordenada.

Nossa política de alianças estratégicas deve aglutinar quem partilhe de uma perspectiva anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática do ponto de vista político e social. São essas forças que devem constituir o núcleo duro dos governos encabeçados pelo PT. A consolidação de uma esquerda antissistema, profundamente popular, com clara identidade de projeto, constitui elemento central de nossa orientação política. Nesse núcleo, devemos cuidar para que tenhamos ampla representatividade regional, de raça, de gênero, de orienta-

ção sexual e especialmente de frações da classe trabalhadora em diferentes situações de trabalho. A partir desse núcleo duro, se podem e se devem fazer aliança mais amplas, inclusive eleitorais.

Ao retomarmos o fio da meada da estratégia democrático-popular, estabelecida ao longo da história de nosso partido, enriquecida pelas lições dos períodos de governo e atualizada perante os novos problemas nacionais e mundiais da nossa época, o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a construção do caminho brasileiro para o socialismo e com a luta do nosso povo por sua plena emancipação.



Balanço do oitavo congresso do PT

Direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda

1. O Oitavo Congresso do PT aconteceu numa situação política muito difícil, em parte devido à ofensiva do imperialismo estadunidense e seus serviçais da extrema-direita brasileira; em parte devido à orientação política equivocada implementada por setores do nosso governo e do nosso Partido.

2. O Congresso era necessário exatamente por isso: para debater e aprovar uma inflexão em nossa linha política, para que o Partido esteja à altura da situação política. Isso em grande medida ainda não ocorreu, em parte porque somos minoria, em parte porque outras tendências disputam muito pouco, mas em grande parte porque a tendência hoje majoritária no Diretório Nacional, a “Construindo um Novo Brasil (a CNB) resiste a mudar a linha política.

3. O Oitavo Congresso poderia ter servido para reafirmar de forma consistente a atual linha política da CNB. Mas como é público, esta tendência está profundamente dividida, motivo pelo qual a reafirmação feita é repleta de inconsistências, como

se pode constatar por exemplo no debate de várias emendas e em alguns discursos feitos no congresso pelo presidente do Partido.

4. O Congresso poderia ter servido, pelo menos, para “animar a tropa”. Mas como Lula não compareceu pessoalmente no Congresso, não assistimos a animação necessária. Pelo contrário, muita gente da própria CNB saiu do Congresso mais preocupada do que animada.

5. Sobre isso, percebemos dois comportamentos entre os líderes da CNB: i) dizer que o Congresso foi um grande sucesso, numa atitude que – para ser elegante – é negacionista; ii) dizer que o Congresso não deveria ter sido convocado, o que na nossa opinião desconsidera a necessidade de um espaço coletivo de debate e deliberação para armar a militância nesse momento tão difícil.

6. Da nossa parte, fizemos todo o possível para que o Congresso existisse e estivesse à altura deste momento histórico. Por isso, participamos das cinco subcomissões, produzimos propostas, realizamos debates, lutamos para incluir nos documentos aprovados pontos fundamentais como a reforma agrária e a reforma da comunicação, que só entraram no Manifesto aprovado ao final pelo Congresso porque insistimos nisso até o último instante.

7. Qual foi a atitude de outros setores do Partido? Em alguns casos foi a omissão, noutros casos o silêncio obsequioso. Poucos fizeram como nós, que ajudamos a garantir o pouco de debate que houve neste Congresso, que ao fim e ao cabo foi um Encontro, não um verdadeiro Congresso.

8. Foi prometido que o Congresso terá, em 2027, uma segunda etapa. Defendemos que precisa ocorrer um verdadeiro Congresso, composto por delegados e delegadas eleitas em 2027,

num novo debate na base, onde seguiremos na defesa do socialismo, de uma inflexão na estratégia e na linha política do Partido, de mudanças no nosso funcionamento organizativo, na reconstrução de nossas relações com a classe trabalhadora.

9. A direção nacional da AE produzirá, nos próximos dias, um balanço detalhado, incluindo: i) o que ocorreu desde a reunião do Diretório Nacional dia 6/12/25, que convocou o Congresso; ii) a reunião do DN de 23/4/26, que alterou a pauta do Congresso; iii) o ato de abertura do Congresso; iv) a discussão na comissão de sistematização; v) a plenária de votação no sábado; vi) o ato de encerramento; vii) as atividades paralelas, com destaque para a exitosa programação internacional da Fundação Perseu Abramo; viii) a ausência, durante todo o Congresso e inclusive no encerramento, de muitas lideranças do Partido (ex-presidentes, parlamentares, governadores, ministros etc.). Fica aqui o nosso respeito e agradecimento a todas e todos que compareceram e nossa compreensão com quem justificou sua ausência.

10. Ponto fundamental do nosso balanço é a análise das resoluções aprovadas. Parte deste balanço pode ser feito desde já, com base nos textos propostos e nas emendas defendidas, bem como na análise do Manifesto (<https://pt.org.br/link/2xy6l>). Mas o balanço final das resoluções terá que esperar que o DN aprove a consolidação dos textos de “Conjuntura e Tática” e “Diretrizes para o programa de governo”. Desde já destacamos que as resoluções reforçaram o ataque à taxa de juros, a necessidade de criar a empresa Terrabras, a defesa da reestatização da BR Distribuidora, a reforma agrária e da comunicação, além de

uma importante moção sobre os 10 anos do golpe iniciado em 2016 com o impeachment da companheira Dilma Rousseff (em todos esses casos, nossa bancada contribuiu na redação e aprovação das resoluções).

11. Entretanto, terminado o Congresso, nossa tarefa é ganhar as eleições 2026, reeleger Lula, eleger as candidaturas do PT ao governos estaduais, congresso nacional e assembleias legislativas. E, como parte importante desta tarefa, eleger as candidaturas de militantes da AE que estão disputando cadeiras na Câmara e nas Assembleias Legislativas.

12. Na campanha eleitoral, precisamos traduzir na prática a diretriz apresentada na mesa de comunicação feita na manhã do último dia do Congresso: “nós não somos o sistema, nós nascemos para enfrentar a ordem”.

13. Nessa linha, o ponto alto do encerramento do Congresso foi o discurso cantado feito pela futura senadora Benedita da Silva, não apenas por quem é e pela animação espontânea que causou no plenário, mas principalmente por que ela expressou uma orientação prática para os próximos seis meses: bater de porta a porta, para ganhar o apoio e o voto de quem já nos garantiu a vitória em 5 das 9 eleições presidenciais realizadas desde 1989: a classe trabalhadora.

26 de abril de 2026



O futuro do Brasil está sob ameaça

Direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda

A direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda submete, ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, o seguinte projeto de resolução para debate na reunião que vai ocorrer no dia 3/7/2026.

1. Em tempos de guerra, dizem que a primeira vítima é a verdade. O mesmo poderia ser dito dos períodos eleitorais. As candidaturas de direita mentem descaradamente. E muitas candidaturas de esquerda se consideram na obrigação de dar, apenas, “notícias positivas”. A nossa atitude, a atitude do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras deve ser sempre outra. Nada de pessimismo, de negativismo, de alarmismo. Mas não aceitamos tratar o povo brasileiro como incapaz de conhecer a verdade. E a verdade é que o futuro do Brasil está sob ameaça.

2. Hoje, a principal ameaça contra o Brasil vem da aliança entre o governo dos Estados Unidos e a direita brasileira. Trump já declarou publicamente que pretende vencer as eleições presidenciais de outubro de 2026 no Brasil. E o filho do cavernícola, que

por enquanto é o pré-candidato da extrema-direita à presidência, assume dia sim e dia também que ele é o candidato de Trump. Sua recente carta ao governo dos EUA, prometendo colocar a “transição” a serviço de Trump, é um ato criminoso, pelo qual ele precisa ser condenado e preso como traidor da pátria. Em resumo: se a direita tiver êxito em fraudar as eleições presidenciais, o Brasil voltará a ser colônia, desta vez dos gringos.

3. Mas não deixaremos que o Brasil volte a ser colônia. Nem permitiremos que nosso país continue sendo uma subpotência primário-exportadora. Seguiremos trabalhando para protagonizar um mundo diferente, no qual a América Latina e Caribenha será um dos pólos. Nesse espírito, conclamamos o governo brasileiro a encaminhar, sob escolta de nossa marinha de guerra, ajuda humanitária – a começar por combustível – para a República de Cuba, submetida há décadas a um bloqueio cruel e ilegal por parte do imperialismo estadunidense. Conclamamos, também, nosso governo a ampliar a solidariedade com o povo da Venezuela, onde diversos terremotos causaram milhares de feridos, mortes e desaparecimentos.

4. Fosse hoje a eleição, Lula venceria e tomaria posse no dia 1 de janeiro de 2027. Mas faltam três meses para a eleição presidencial. Portanto, serão cerca de noventa dias em que a direita seguirá tentando fraudar o resultado, por meio da combinação de diferentes meios: uso e abuso de poder econômico; ingerência externa dos EUA e de Israel; compra de votos; crimes digitais, fake news, manipulação da religiosidade popular; ações do crime organizado; pressão do empresariado (especialmente da gangue financeira da Faria Lima) sobre trabalhadoras e trabalhadores e

sobre a população em geral; e intensa guerra político-ideológica. E, em nome da verdade, devemos começar reconhecendo que ainda não estamos à altura do desafio. Precisamos nos preparar urgentemente.

5. Temos a melhor chapa presidencial. Mas muito esforço ainda precisa ser feito para dar potência às nossas campanhas estaduais e proporcionais. Potência que precisa ser colocada a serviço, em primeiro lugar, da nossa prioridade: a reeleição de Lula. O desafio será muito mais complexo, naqueles estados em que prevaleceu a tática de não ter candidaturas majoritárias petistas e de apoiar candidaturas de direita.

6. Temos o melhor programa, comprometido com a soberania nacional, o bem-estar social, as liberdades democráticas e o desenvolvimento. O que envolve apoiar vigorosamente a luta das populações indígenas e quilombolas em defesa de suas reservas e das terras ancestrais que ocupam. Mas muito debate ainda precisa ser feito, para definir as palavras de ordem que sintetizarão o que faremos no sexto mandato presidencial petista, para ampliar nossa soberania e nossos direitos: soberania produtiva, soberania monetária e financeira, soberania energética, soberania alimentar, soberania ambiental, soberania educacional, científica e tecnológica, soberania cultural, soberania política, soberania comunicacional, soberania militar; direito à segurança pública, direitos trabalhistas e previdenciários, direito à cidade, direito à saúde, direitos das mulheres, direitos dos negros e negras, direitos humanos.

7. Não é suficiente falar do que fizemos, em comparação ao governo cavernícola. Nossa candidatura alerta sobre o pas-

sado, comemora o presente mas, acima de tudo, devemos falar do futuro do Brasil. Cujas construção passa por um “choque” de investimentos públicos, o que exige a) eliminar o orçamento paralelo do Centrão, b) afirmar que o Banco Central é parte integrante do governo e não braço do setor financeiro, c) superar os limites impostos pelo Novo Marco Fiscal à ampliação do investimento público, e d) derrotar a hegemonia do modelo rentista e primário-exportador sobre a economia nacional.

8. Temos, segundo todas as pesquisas, o apoio da maioria do eleitorado. Mas não basta vencer as eleições. Temos que vencer criando as condições para que nosso próximo mandato seja superior ao atual. Isso significa, por exemplo, Lula ser eleito com mais votos do que tivemos em 2022, assim como eleger mais parlamentares e mais governos estaduais. E o principal caminho para fazer isso consiste em ampliar nosso apoio e nossa votação nos setores majoritários da população, ou seja, as camadas pior remuneradas da classe trabalhadora, as mulheres, os negros e negras, os moradores das periferias, a juventude trabalhadora.

9. O diálogo com o eleitorado feminino não deve ser encarado apenas como um cálculo aritmético para vencer as eleições de outubro, mas como o motor central da transformação estrutural que propomos para o sexto mandato petista. As mulheres trabalhadoras, que chefiam a maioria das famílias nas periferias e sofrem de forma mais aguda os impactos da precarização e da violência, da escala 6x1 e das longas jornadas de exploração, precisam se enxergar plenamente representadas em nosso programa de governo. Derrotar o feminicídio e as ameaças do fundamentalismo exige que a campanha reafirme o compromisso inegociável

com a igualdade de gênero, a autonomia econômica das mulheres, a ampliação da política nacional dos cuidados, a defesa intransigente de suas vidas e direitos humanos, o combate sem tréguas ao machismo e à misoginia que são combustíveis da extrema direita.

10. Da mesma forma, a ampliação da nossa votação entre os setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, com destaque para a juventude negra das periferias, é a chave para consolidarmos uma vitória política e ideológica definitiva contra o neofascismo. Não permitiremos que o Brasil retroceda às heranças do escravismo e do racismo estrutural que a direita tenta normalizar. O voto da população negra e pobre deve ser mobilizado por meio de um compromisso explícito e real com a reparação histórica, com a superação das amarras do Novo Marco Fiscal para garantir investimentos massivos em educação e emprego, bem como em segurança pública cidadã – que pressupõe colocar um ponto final no extermínio da juventude negra pela Polícia Militar (e por outras forças estatais). Assim, a luta contra o racismo se transformará em um pilar central da nossa soberania e do bem-estar social.

11. Temos a maior e melhor militância. Mas essa militância precisa ter, na sua retaguarda, uma direção capaz de coordenar a campanha em condições que serão muito complexas e difíceis, que vão da luta política normal à ingerência externa ilegal. Nesse sentido, precisamos de dirigentes que priorizem a campanha coletiva – mesmo que isso implique em renunciar a suas candidaturas. Acima de tudo, precisamos de direções coletivas dispostas e capazes de reação imediata, inclusive contra o fogo amigo de

quem tiver cometido malfeitos pelos quais devem responder, assim como de quem estiver traindo as candidaturas do Partido. Nesse sentido, o Diretório Nacional autoriza o afastamento liminar e instauração imediata de comissão de ética a todo dirigente nacional que tiver declarado publicamente que não apoiará candidatura petista lançada pelas instâncias partidárias.

12. A situação internacional e a situação na América Latina e Caribe dão repercussão mundial à eleição brasileira. As dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos na guerra que – com o apoio do genocida Estado de Israel – move contra o Irã, empurram o governo Trump a buscar uma “compensação” política atacando Cuba e cometendo ingerência na eleição brasileira. As eleições no Peru e na Colômbia, onde graças à fraude a direita ganhou por muito pouco, praticamente “fecharam o cerco” ao Brasil. Ao mesmo tempo, a polarização existente em nosso país transformou o mês de outubro numa encruzilhada sobre os destinos do Brasil. Se o país virar à direita, caminharemos em direção ao passado, à dependência externa, ao mal-estar social, à ditadura, à colônia, ao escravismo, ao racismo, à continuação e agravamento do feminicídio, ao fundamentalismo, ao preconceito, à doentia jogatina das BETS e à morte. Já se o Brasil seguir pela esquerda, continuaremos caminhando em direção ao futuro, à soberania, ao bem-estar, à reparação histórica, à igualdade de gênero, aos direitos humanos, ao respeito e tolerância, à defesa da vida, ao socialismo.

13. Este é o tamanho do desafio da esquerda política e social, em particular do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. Outubro de 2026 entrará na história como a data magna em

que o povo brasileiro esmagou a invasão imperialista, derrotou os traidores da pátria e decolou em direção ao futuro! Venceremos!



!

Comentários sobre o programa de governo

Valter Pomar

O presidente nacional do PT, o companheiro Edinho, volta e meia enfatiza a importância do Partido, das instâncias, da democracia interna.

Ele está certo. Mas, infelizmente, não foi o que vimos no caso do programa de governo 2027-2030.

O texto que foi protocolado no Tribunal Superior Eleitoral é assinado por 7 partidos: PT, PSB, PV, PCDOB, PDT, PSOL e REDE.

Não sei como foi nos demais partidos. Mas no PT não houve debate nem aprovação deste texto pelas instâncias partidárias, seja no Diretório Nacional, seja na Executiva Nacional.

Não foi assim nas eleições presidenciais que acompanhei, desde 1989 até 2022.

Nunca antes na história do Partido um programa foi registrado sem que houvesse debate nas instâncias.

A bem da verdade, houve situações bizarras – numa das campanhas da presidenta Dilma Rousseff tivemos problemas com o

texto que foi protocolado no TSE – mas naquele caso o problema não foi a falta de debate e deliberação no Partido.

No caso presente, 2026, ao menos da nossa parte foi feito um alerta, uma reclamação e um pleito para que o devido debate fosse feito. Mas isso não ocorreu. O terrível fato é que o Diretório e a Executiva abriram mão de incidir no processo

O texto que foi protocolado passou por comissões, consultas abertas, escutas... mas, no limite, a decisão sobre o que entrava e sobre o que não entrava no texto protocolado no TSE não foi tomada por nenhuma instância partidária.

Dizem que a decisão final foi de Lula, dizem que “o governo” tinha que ser ouvido. Mas nada disso impediria que o Partido tivesse dado sua posição.

As vezes tenho a impressão de que algumas pessoas acham que o mundo sairia do eixo, se o Partido decidisse algo e Lula decidisse o contrário. E, para impedir isso, essas mesmas pessoas pulam a parte da decisão partidária e vão direto para a decisão de Lula.

Este método tem uma consequência prática – empodera o embargo auricular de inúmeras pessoas, em detrimento das instâncias democraticamente eleitas. Deixo aos sociólogos dizer se isso é uma “hegemonia burocrática” ou se é um “método de corte aristocrática”, mas em ambos os casos os empoderados não são escolhidos pelo voto da militância petista.

Qual a implicação de mérito deste processo pouco democrático? Depende do que se entenda por mérito, mas na minha opinião o programa ficou aquém do que poderia e do que precisamos.

Claro que ter um programa ótimo não garante nada. Por exemplo: em 2022, o programa relativo ao mandato 2023-2026 foi democraticamente debatido, mas sua incidência sobre a gestão que agora se encerra não foi a que gostaríamos, entre outros motivos porque está se generalizando a conduta segundo a qual o comando político real está nos mandatos, não nas instâncias.

Mas constatar isso não deveria nos levar a ter uma atitude cícnica segundo a qual “tanto faria” o programa dizer A ou dizer B. Pelo contrário. Um programa debatido e aprovado nas instâncias democraticamente eleitas, além de sair melhor, tem maior capacidade de engajar, de influenciar, de contribuir no debate público, além de impor maiores custos a quem queira desrespeitar o que foi deliberado coletivamente.

De forma geral, há uma questão político pedagógico muito importante nesses tempos de extrema-direita trumpista e neofascista.

Vivemos numa época em que as chamadas regras do jogo são regularmente desrespeitadas, em que as instituições são atropeladas pelas elites.

Nós somos a alternativa a esta gente. E se formos pelo caminho de também passar por cima das nossas próprias regras do jogo, isso criará um ambiente de cinismo, de hipocrisia, de desvalorização dos espaços e dos debates coletivos.

Isso pode, no curtíssimo prazo, aumentar a eficácia. Mas no médio e longo prazo, causará danos irreparáveis, como aliás já foi demonstrado sobejamente pela história do movimento socialista.

Para nós da classe trabalhadora, que dependemos antes de mais nada de nossa organização coletiva, uma prática autoritária pode ser útil momentaneamente, mas estrategicamente é um desserviço.

Seja como for, o programa está inscrito. E o debate sobre ele segue, inclusive porque a direita não desistiu de tentar impor ao futuro mandato Lula que faça um ajuste fiscal. O que isso poderia significar? Basta lembrar da inestimável ajuda que o desastroso ajuste capitaneado, em 2015, por Joaquim Levy deu ao golpe de 2016.

Um exemplo do que a direita pensa a respeito do programa protocolado no TSE é o editorial do Estadão, divulgado neste 11 de agosto.

Alguns interpretam o ataque do Estadão como prova de que o texto protocolado estaria na linha justa. Mas isto é uma meia verdade. O texto não agrada os porta-vozes do grande Capital, porque propõe políticas públicas que atendem ao povo. E esse é, precisamente, um dos muitos motivos pelos quais defendemos muito do que é dito pelo programa e fazemos campanha para reeleger Lula presidente.

Mas o fato da direita nos atacar, não quer dizer que estamos no caminho certo. Basta lembrar do passado recente de nossos governos, que recordaremos inúmeras situações em que nossas escolhas não foram as melhores, nem foram suficientes para nos levar por um caminho de vitórias.

Assim sendo, é importante que a Nação Petista leia o texto que está sendo divulgado pela campanha. Leia e debata.

A seguir fazemos uma glosa deste texto. Como o objetivo é debater, não vamos destacar aquilo com que concordamos, até porque concordamos com boa parte do que é dito; nos limitaremos a apontar os problemas e as lacunas, até porque consideramos que o que é prometido no programa será irrealizável, se estas lacunas e problemas não forem resolvidos.

#

O nome completo do texto é “DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL: UM PAÍS SOBERANO, DEMOCRÁTICO, DESENVOLVIDO SUSTENTÁVEL E CRIATIVO”.

Por razões que ainda não consigo atentar, tivemos neste título a inclusão de um “criativo” e tivemos a exclusão da clássica “justiça social”, termo inexato mas que pelo menos indica um compromisso com os direitos sociais.

Já na Introdução do texto, este problema foi corrigido, quando se afirma que “nosso compromisso histórico é construir um Brasil como potência criativa, sustentável, democrática e soberana, com menos desigualdades”. Mas por qual motivo não consta do título este tema das desigualdades? Mistérios da meia-noite...

O texto contém 13 diretrizes, que são as seguintes:

1. FORTALECER A DEMOCRACIA, A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MODERNIZAR O ESTADO
2. COMBATER AS DESIGUALDADES
3. PROTEGER A VIDA COM UMA SEGURANÇA PÚBLICA MAIS EFICIENTE E INTEGRADA
4. GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAR VIDAS E O PAÍS

5. FORTALECER A SAÚDE COM EQUIDADE, INOVAÇÃO E SOBERANIA

6. AMPLIAR O ACESSO À CULTURA E AO ESPORTE COMO VETORES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

7. FORTALECER O DIREITO À CIDADE

8. PROMOVER UMA ECONOMIA MAIS SUSTENTÁVEL, PRODUTIVA E DIGITAL, PARA TODAS E TODOS

9. SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

10. AMPLIAR A SEGURANÇA ENERGÉTICA E LIDERAR A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

11. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E CLIMÁTICA

12. VALORIZAR O TRABALHO EM SUAS MÚLTIPLAS FORMAS

13. DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL E O PROTAGONISMO INTERNACIONAL DO BRASIL

Antes das diretrizes propriamente ditas, há uma introdução, intitulada COMPROMISSO COM O PROJETO DE NAÇÃO.

Uma versão anterior desta introdução foi analisada com mais detalhe aqui: Valter Pomar: Glosando a minuta de programa 2027-2030

Ao que já foi dito no texto disponível no link supracitado, acrescento o seguinte:

1. o destaque dado ao “povo” e o sumiço de referência explícita à “classe trabalhadora”, não apenas na Introdução, mas no texto como um todo.

O termo “classe trabalhadora” não aparece nem mesmo quando o texto defende “assegurar o fim da escala 6×1 e a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução salarial”.

O curioso é que – ao mesmo tempo que o termo “classe trabalhadora” está ausente – o termo “classe média” comparece, no trecho que fala da Minha Casa, Minha Vida;

2. o texto afirma que “o Brasil proposto por este programa de governo não é uma utopia distante nem uma promessa vaga. É a continuidade de um projeto concreto” (...) Todos os compromissos aqui assumidos são factíveis, necessários e possíveis, e têm como base as conquistas e entregas do atual mandato”.

Essas afirmações totalmente defensivas, quase vestindo a carapuça, devem ter sido feitas como vacina a um questionamento do tipo: “porque já não fizeram?”

Mas este tipo de vacina não é nada útil para enfrentar outro tipo de questionamento, do tipo “o que vai ter que mudar, para fazer mais?”

Este é o problema de fundo, sobre o qual o texto do programa cala: um salto de qualidade nas políticas sociais e nas políticas de desenvolvimento não é compatível com as atuais políticas fiscal e monetária;

3. o texto do programa afirma que “políticas públicas sérias, bem planejadas, participativas e voltadas para quem mais precisa são capazes de mudar a vida das pessoas. Somos o verdadeiro

novo porque enfrentamos o velho sistema que mantém o Brasil no atraso, na desigualdade e na dependência”.

Esse é outro problema político decisivo no texto. Ele apresenta e defende políticas públicas, a maioria das quais deve mesmo ser defendida.

A questão é que, para enfrentar o velho sistema, não bastam políticas públicas, são necessárias as famosas reformas estruturais.

Reformas estruturais que alterem qualitativamente a distribuição da propriedade, da riqueza e do poder.

Reformas estruturais que enfrentem o controle do capital financeiro, do agro e das mineradoras sobre a economia nacional.

Sem derrotar esta turma, não haverá o almejado “salto qualitativo de desenvolvimento, inclusão, sustentabilidade e soberania”;

4. Nessa mesma linha, é espantoso que na análise do governo cavernícola, não se destaque o tema das forças armadas. O texto propõe repetir, sobre este tema, o que já fizemos noutros governos: ampliar os recursos. Isso deve ser feito. Mas como já percebemos no tocante a classe trabalhadora, ampliar as políticas públicas sem politizar e organizar pode ter resultados opostos aos pretendidos;

5. o balanço que o texto faz do atual governo Lula, como não poderia deixar de ser, é positivo. Para além de alguns exageros retóricos desnecessários, o problema de fundo é que o texto falha ao não destacar que 4 anos de governo nunca seriam suficientes – mesmo que não houvesse o Novo Marco Fiscal e que não

houvesse a política de juros do Banco Central – para recompor 7 anos de problemas (2015-2022);

6. o texto de programa apresenta como grande feito o “enorme esforço fiscal, de aproximadamente 2% do PIB, R\$ 240 bilhões”. Na verdade, tratou-se de um imenso sacrifício, totalmente desnecessário, pois faz parte dos custos derivados do Novo Marco Fiscal e do Banco Central. Da mesma forma, não há motivo para comemorar os “recordes” em “leilões de concessões de logística e energia”. A turma dos leilões e do esforço fiscal é a outra, não é a nossa;

7. o texto de programa fala que “herdamos uma taxa Selic elevada”. Verdade, mas também é verdade que a política do BC de Galípolo não contribuiu para mudar qualitativamente esta situação. O silêncio a respeito não vai mudar a realidade;

8. o texto de programa fala que “o Brasil rompeu definitivamente com o isolamento geopolítico pretérito e reassumiu seu protagonismo na arena global”. Mas também é verdade que os ataques dos EUA e o crescimento da extrema-direita em nosso continente criaram uma situação de cerco geopolítico contra o Brasil. Neste sentido, o texto ficaria melhor e mais sintético se ele fosse desde o princípio organizado em torno de duas ideias forças: soberania e direitos.

Aliás, bastaria dar maior destaque ao que já se diz no próprio texto, a saber: “Queremos fortalecer a soberania brasileira em todas as suas dimensões: democrática, institucional, defesa nacional, geopolítica, científica, tecnológica, digital, energética, mineral, ambiental, cultural, econômica, financeira, trabalho decente, alimentar, educação e saúde”;

#

Sobre as “DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS”, muito pode e deve ser dito sobre cada área, tendo em vista que em todas e cada uma houve – durante o governo Lula 3 – contradições entre a ação do governo e as posições defendidas pelo Partido ou por setores dele.

Por exemplo, no caso do SUS, ver as propostas contidas aqui: Valter Pomar: Reconstruir e Fortalecer o SUS: um programa democrático e popular

O texto de programa não fala do sistema dual (que se não for enfrentado vai seguir nos levando em direção a um SUS totalmente diferente do previsto na Constituição), não fala da privatização (OS e quetais), não fala do sistema e dos planos privados que na prática fazem o privado deixar de ser suplementar, não fala de carreira única.

Problemas deste tipo existem em todos os itens do programa. Entretanto, aqui nesta crítica nos limitaremos a fazer observações gerais.

#

9. O texto fala que a “reforma política e eleitoral é inadiável” e propõe “enfrentar uma grave distorção na elaboração e gestão do orçamento federal – o atual sistema de emendas parlamentares”. Mas não diz o caminho para isso, que em nossa opinião – e na de congressos anteriores do Partido dos Trabalhadores – passa pela mobilização em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte;

10. ao invés de defender uma verdadeira reforma, o texto fala apenas em “estimular o aperfeiçoamento do sistema de Justiça”;

11. o texto fala que “precisamos seguir transformando nossa economia” e elogia os feitos do governo Lula 3 nesta área. Defende “elevar a taxa de investimento da economia”. Afirmar que “a taxa de juros é hoje o que a inflação foi no passado no Brasil: promove concentração de renda e desorganiza a nossa economia”. Defende “criar as condições para uma redução sustentada das taxas de juros, com inflação controlada e assegurando uma política fiscal responsável”. Mas, incrivelmente, defende que “para isso, manteremos o novo arcabouço fiscal, que controlou o crescimento das despesas sem prejudicar as políticas sociais e permitiu uma redução significativa do déficit primário. O resultado fiscal virá, como fizemos até aqui, da retomada do crescimento econômico, do controle do aumento do gasto primário, investindo na melhoria da eficiência e da qualidade do gasto público, da promoção de justiça tributária e do combate aos privilégios e às distorções”.

Neste trecho citado acima residem os maiores e mais graves problemas do programa.

Afinal, o compromisso com a manutenção do “novo arcabouço fiscal” bloqueia o prometido salto de qualidade e limita muito a “neointustrialização”.

Além disso, a timidez com que se fala em “criar as condições para uma redução sustentada da taxa de juros” contrasta com o tamanho do assalto diário aos cofres públicos e privados, assalto promovido e protegido pela política de juros do Banco Central e aceito, de forma política e intelectualmente medíocre, pelo Novo Marco Fiscal;

12. o texto fala em desenvolver uma “política específica para minerais críticos e terras raras”, quando o certo seria adotar a mesma embocadura que, no passado, levou à criação da Petrobrás;

13. o texto fala em garantir a “soberania digital”, mas não se compromete explicitamente com a criação de uma ou mais empresas públicas que garantam a competição com as biguitequis estrangeiras;

14. o texto fala de reforma agrária, o que é um avanço frente a certas posições, mas o faz na linha “hipocrisia é a homenagem que o vício rende à virtude”. A posição que prevalece no texto, do ponto de vista formal, é a de compatibilizar agronegócio e produção familiar. O que na prática significa mais agronegócio. O que é ainda mais inaceitável no momento que vivemos, no Brasil e no mundo, momento que torna agudíssima a secular contradição entre “agrarismo e industrialismo”;

15. o texto não aponta para a reestatização de empresas como Eletrobrás e Petrobrás, assim como não fala da revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, isso apesar de afirmar que “o golpe contra a Presidenta Dilma e a reforma previdenciária do governo Bolsonaro promoveram uma desorganização que ainda estamos enfrentando”. Ou seja, vasto diagnóstico, medidas imperfeitas;

16. o texto afirma que “a defesa nacional exige Forças Armadas bem equipadas e uma indústria de defesa sólida”, mas não trata da política de Defesa, nem da política de formação dos militares.

#

Para concluir, adapto a seguir observações que foram feitas por duas companheiras, a quem enviei uma versão anterior desta análise do texto de programa.

O que segue em *itálico* não é exatamente o que elas me disseram, mas a inspiração é totalmente delas. Não as cito, porque cabe a elas vir a público. Mas cito suas ideias, que me parecem adequadas para finalizar esta crítica.

#

O fato do texto não ter sido debatido e aprovado pelas instâncias partidárias ajuda a explicar porque palavras simplesmente “aparecem”, sem que seu sentido e significado tenham sido minimamente debatidos. É o caso desse bizarro CRIATIVO que foi alçado a palavra de ordem.

Nessa mesma direção, a função de um programa é, justamente, engajar e, para tanto, sua construção ser coletiva não é um “detalhe”, é parte essencial do processo de engajamento.

O principal responsável pelo texto de programa registrado no TSE disse, numa reunião, que o resultado do programa foi fruto de uma batalha da direita com a centro esquerda e, portanto, o que saiu está ótimo porque poderia ser muito pior.

Cabe perguntar: cadê a esquerda, cadê o PT, nessa queda de braço? O fato de o PT não ter sido consultado contribui de maneira decisiva para que a direita e a centro-esquerda tenham – do ponto de vista do principal responsável pela elaboração do texto – monopolizado a disputa.

Por fim, cabe destacar que o texto assume como tarefa pendente transformar o Brasil. Isso estava no programa de 2022: “reconstrução e transformação”. Mas, como sabemos, depois da vi-

tória arquivou-se a transformação e o mote do governo passou a ser “união e reconstrução”. Detalhe que precisa ser lembrando, quando falamos do que foi feito e do que não foi feito ao longo deste terceiro mandato de Lula.

Está correto dar total centralidade para o objetivo da transformação. Mas o texto de programa protocolado no TSE não dá consequência para isso. E um dos pontos de maior fragilidade está na frágil articulação entre o projeto nacional e nossa soberania.

Soberania não deveria estar no ponto 13 das diretrizes, deveria ser o eixo – junto com ampliação dos direitos – em torno do qual se articula todo o programa.

Mas a mãe de todas as fragilidades diz respeito ao sujeito social da transformação.

Já dissemos que não se faz menção à classe trabalhadora (aliás, isso faz recordar um certo poema: primeiro tiram a revolução e eu não digo nada, depois as reformas estruturais, depois a transformação, depois tiram a classe trabalhadora...), ao mesmo tempo em que a classe média comparece, ainda que inadvertidamente.

Mas não é só a classe trabalhadora que não comparece ao texto de programa protocolado no TSE. Na verdade, estão ausentes ou têm papel totalmente rebaixado todos os sujeitos políticos de que depende a sustentação popular de um programa de transformação: não tem trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, setores populares como sujeitos políticos que demandam e conquistam direitos. Aparecem? Sim, mas em geral como beneficiários.

Esse viés tecnocrático não tem nada que ver com nossa tradição. E tem relação direta com o método adotado para redigir o programa. Mas a decorrência principal é política: do mesmo

jeito que o programa proposto é irrealizável, se forem mantidos o Novo Marco Fiscal e a política de juros do Banco Central, ele também é irrealizável se não houver força política que o sustente. E, como descobrimos em 2016, não basta ter força política nas instituições, é preciso força popular organizada nas ruas.

Por isso devemos seguir pressionando para que o programa seja alterado, em favor da esquerda. Inclusive porque o cabo de força contra o capital financeiro não acabou. E se não houver gente puxando do lado de cá, o resultado poderá ser parecido ao que tivemos em 2014-2015.

Portanto, o que fazer? Resposta: eleger Lula e nossa gente, ao mesmo tempo que usamos a campanha como instrumento de mobilização e organização popular.

E para isso ajudará muito se conseguirmos transformar o programa protocolado, num resumo curto, didático e organizado em torno de três palavras chave, por exemplo: soberania, direitos e transformação. Lula, em parte de seu discurso na recente Convenção do PT, deu algumas boas pistas nesse sentido.



O Brasil precisa um grande salto adiante

Desenvolvimento, democracia e soberania para encerrar nosso ciclo vicioso de três contradições

Maria Carlotto

O s debates que antecederam o 8º Congresso do PT, ocorrido em abril de 2026, por envolverem temas como os problemas da organização, estatuto, programa do partido, convidaram os militantes petistas a pensar os desafios do PT em uma chave história de longo prazo. Essa tarefa pode parecer, à primeira vista, contraproducente em um contexto como o atual, em que o partido se depara, como poucas vezes em sua história, com uma urgência tática de curto prazo: vencer as eleições presidenciais de outubro e derrotar, mesmo que apenas eleitoralmente, o golpismo, o imperialismo e o fascismo organizado em território nacional. Mas para quem acompanhou de perto o debate, ficou evidente o quanto o debate de curto e longo prazo ou, se quisermos, de tática e estratégia do partido estão profundamente conectados nessa conjuntura: é que sem um olhar de longo prazo, que alcance os desafios programáticos e estratégicos do PT, dificilmente seremos capazes seguir vencendo todos os desafios

táticos de curto prazo, que se impõem para nós cada vez mais dramático.

Prova disso apareceu no próprio congresso de abril. Na abertura dos trabalhos, o presidente nacional do PT reconheceu que o Diretório Nacional, reunido em dezembro de 2025, decidiu aprovar um congresso com uma embocadura mais ampla, envolvendo debates organizativos e programáticos de fundo, apenas porque não imaginava que a conjuntura eleitoral de abril de 2026 se mostraria tão difícil, razão pela qual ele defendia, naquele contexto, restringir o debate às dimensões de conjuntura e tática eleitoral, incluindo o programa para o IV governo Lula. O problema é que, para quem opera em chave histórica mais ampla, era evidente – desde dezembro ou mesmo antes – que a conjuntura eleitoral de 2026 se mostraria muito difícil, razão pela qual foi um erro, na minha avaliação, o PT adiar, mais uma vez, o debate de longo prazo que precisa ser feito pelas nossas instâncias partidárias. Enquanto este debate não acontece, este texto é uma tentativa de dar uma pequena contribuição nessa direção.

*

A “Revolução Burguesa no Brasil”, obra clássica de Florestan Fernandes, guarda uma afirmação que impressiona pela sua atualidade. Na abertura da terceira parte do livro, dedicada às consequências políticas do capitalismo dependente brasileiro, o autor sintetiza o que seria o grande drama do país: é que aqui, “as impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes”, ou seja, “como não há uma ruptura definitiva

com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena história e cobra seu preço”.

Era 1975. Florestan Fernandes refletia sobre o círculo vicioso formado pelas características estruturais do Brasil da sua época, em especial, o trinômio desigualdade-ditadura-dependência. Trocando em miúdos: era porque o Brasil permanecia dependente no plano externo que precisava manter, internamente, altas taxas de desigualdade e exploração do trabalho que, por sua vez, dependiam de um regime autoritário que atualizava nossa democracia restrita, marcada pela limitação à auto-organização das classes trabalhadoras, o que contribuía para reafirmar nossas desigualdades internas e nosso lugar dependente no capitalismo mundial num círculo vicioso que mantinha o país numa espécie de “ponto morto” da história: desigual, subdesenvolvido, autoritário, dependente.

Para enfrentar esse quadro, o sociólogo paulista, como muitos da sua geração, se engajou de corpo e alma na construção do que seria a grande novidade histórica capaz de romper com esse círculo vicioso que atrasava o país: o Partido dos Trabalhadores, orientado por uma estratégia de transformação estrutural do país, por meio da afirmação da democracia, começando em 1988, do desenvolvimento, calcado na redução de desigualdades históricas, e da soberania, por meio de uma política externa de novo tipo. Para Florestan, como para muitos, esse caminho era a construção do socialismo nas condições históricas específicas do Brasil.

Florestan Fernandes, embora tenha disputado ativamente os rumos do PT até falecer, em 1995, já discordando do que enten-

dia ser um rebaixamento programático frente às dificuldades do socialismo naquele início dos anos 1990, não viveu para ver seu Partido assumir a Presidência da República, em 2003. Por isso, é difícil saber como ele avaliaria as decisões tomadas desde então pelo PT e por sua principal liderança, o presidente Lula, frente às barreiras e obstáculos que se apresentaram pelo caminho: teria sido possível romper mais com o passado para que o preço cobrado por ele fosse menor? A resposta deve estar no meio do caminho entre a cautela dos que defendem cegamente o caminho trilhado e o voluntarismo dos que condenam sem mais tudo o que foi feito, desde “o PT das origens”.

Seja como for, o fato é que, sem dúvida, o país vive, hoje, um quadro estrutural muito parecido com aquele descrito por Florestan Fernandes, de modo que precisamos, mais do que nunca, de um grande salto adiante.

Isso porque o Brasil está enfrentando o acúmulo de três contradições, não muito diferentes das que cravavam o país em 1975: a contradição entre desenvolvimento x atraso; a contradição entre democracia x autoritarismo; e a contradição entre soberania x dependência.

Atualmente, assistimos ao desdobramento dessas três contradições não resolvidas que vão se agudizando a ponto vislumbrarmos um desfecho dramático. Por isso, tantas vezes militantes afirmam, com razão, que estamos diante de uma encruzilhada histórica: ou o país afirma sua democracia e sua soberania desencadeando, assim, um novo ciclo de desenvolvimento com justiça social, ou vamos permanecer por um longo tempo ainda presos ao nosso passado de desigualdade, dependência e demo-

cracia restrita. Não é outra coisa que está em jogo nesta eleição se não a possibilidade de superarmos esse círculo vicioso de dependência-desigualdade-autoritarismo que Florestan Fernandes chamada de “secular”. É por isso que o resultado segue em aberto e, por isso, ainda, tantas forças, internas e externas, se movem para incidir no seu resultado.

Na minha avaliação, para entender como chegamos nesse ponto, é preciso olhar para o que aconteceu no Brasil e no mundo no primeiro quarto deste século.

No plano interno, o país viveu entre 2003 e 2013, um círculo virtuoso que, a despeito das inegáveis limitações, moveu estruturas historicamente ossificadas com consequências que, na minha avaliação, até hoje não foram corretamente dimensionadas. É que a democracia de 1988 permitiu chegar ao governo central do país, um partido de trabalhadores organizados que, pela primeira vez, promoveu um processo de distribuição de renda e inclusão social. Mesmo que limitado, esse processo de distribuição de renda e inclusão social, tendo disso protagonizado por trabalhadores, despertou a esperança dos de baixo e o pavor dos de cima.

Esse processo econômico-político foi se tornando um problema cada vez mais grave quando, no plano internacional, o capitalismo entrou numa nova fase da crise aberta em 1970. A quebra do sistema financeiro estadunidense, salvo pelo Banco Central daquele país, impôs limites justamente em um contexto que, embalados pelas possibilidades abertas pela democracia, a base de sustentação dos governos petistas – trabalhadores, jovens, negros e mulheres – passou a exigir mais direitos e, com isso, a impor a necessidade de uma mudança no padrão de desenvolvi-

mento brasileiro – leia-se, do lugar do Brasil no mundo – capaz de sustentar esse novo ciclo de crescimento com distribuição de riqueza, renda e direitos.

Foi nesse contexto que, em 2013, parcelas importantes da juventude pobre e periférica foi às ruas das principais capitais do país exigir “mais”: queriam o direito de se mover das periferias das grandes cidades para seus locais de estudo e trabalho, mas logo passaram a querer também “escolas padrão FIFA”, “hospitais padrão FIFA”, “aumento salarial real”. Foi também no ano de 2013 que as greves bateram um recorde na série histórica da época, quase todas elas, encerradas com conquistas reais de direitos e ganhos salariais. Nesse quadro, era evidente que o Brasil não podia seguir dependendo apenas do chamado “boom da commodities”, tampouco permanecer acoplado ao sistema financeiro internacional, em crise desde 2008. Era urgente se reindustrializar o país, o que pressupunha reorientar os fluxos financeiros de investimento, dar um salto tecnológico, acelerar a qualificação de mão de obra e ampliar a matriz energética do país. Foi nessa direção que apontou o final do governo Dilma I: mais Estado para mais indústria, mais emprego, mais desenvolvimento e mais direitos – da compra de Pasadena ao “mais médicos”, do BRICS ao “ciência sem fronteiras”, do sistema nacional de participação social à atuação do BNDES, é possível ler esse contexto, com seus erros e acertos, dessa perspectiva histórico-estrutural de um país que se deparava com as tensões impostas por um círculo virtuoso aberto pela pressão democrática por mais desenvolvimento e mais independência.

O problema é que faltou combinar com o lado de lá da calçada das ruas de 2013, assim como faltou blindar de maneira mais efetiva o Estado brasileiro da interferência externa do centro do sistema.

É porque ao lado de setores das classes trabalhadoras que queriam mais, se colocaram em movimento os setores “dos de sempre” que, por terem monopolizado a política do país por quase dois séculos, achavam que aquele esforço distributivo já tinha chegado longe demais e, na esteira da bandeira anticorrupção e com apoio externo explícito e implícito, começaram a marchar para defender “menos”: menos Estado, menos política pública, menos direitos, menos desenvolvimento.

Foi essa contradição – entre a necessidade de mais desenvolvimento e distribuição e a pressão por manter o status quo desigual – que chegou às urnas em 2014. Ali, no segundo turno, o país flertou com um “grande salto adiante”. Não por acaso, “muda mais” foi o lema que embalou milhões de pessoas que foram às urnas e às ruas defender, no contexto do jogo democrático, que o país inaugurasse um novo ciclo de desenvolvimento, sob o arco de uma nova aliança internacional que atendia pelo acrônimo de BRICS e ensaiava desafiar o sistema monetário-financeiro americano.

O salto adiante não só não veio, como o país puxou com tudo o freio de mão no ajuste fiscal mais caro da nossa história. Não por acaso, rapidamente, a contradição desenvolvimento x neoliberalismo com desigualdade se desdobrou numa contradição entre democracia e autoritarismo que elevou Florestan Fernandes à condição de um “quase profeta” da democracia restrita

brasileira. Dito de outro modo: para segurar um ciclo direitos, restrição fiscal não basta, é preciso mesmo um golpe, como os que Fernandes teorizou que seriam necessários, sempre e quando as classes trabalhadoras e subalternas organizadas desafiavam a arquitetura estrutural do nosso capitalismo dependente, baseada no tripé superexploração do trabalho, dependência externa e autoritarismo.

E o golpe veio. Veio na versão 1.0 – impeachment sem crime de responsabilidade. Na versão 2.0 – prisão ilegal de Lula. Na versão 3.0 – impugnação da sua candidatura. E na versão 4.0 – a “escolha muito difícil” do apoio em peso a Bolsonaro. E como golpe a gente sabe como começa, mas não sabe como termina, chegamos ao genocídio da pandemia e à insurreição de 08 de janeiro de 2023, com direito a plano de assassinato do presidente eleito e tudo.

Mas para provar que contradição é contradição e mantém abertas as possibilidades de disputa, Lula venceu as eleições depois de uma campanha de forte mobilização social, tomou posse, derrotou o golpe e seguiu à frente do país. Mas justamente quando deveria – numa chave estratégica de médio e longo prazo – acelerar o salto adiante para superar as três contradições ao mesmo tempo, o governo Lula III escolheu priorizar uma delas e, em nome de uma aliança democrática, cedeu à construção de um novo arcabouço fiscal que limitou a possibilidade de reindustrializar o país e acelerar a concessão de direitos. É verdade que o governo Lula não fez só isso: reafirmou uma política externa independente, reconstruiu as políticas públicas destruídas por Temer e Bolsonaro, abriu um importante processo de justiça

tributária e, talvez mais importante do que tudo isso, assumiu de verdade a agenda da redução de jornada de trabalho, com o fim da escala 6 x 1, uma das pautas trabalhistas mais importantes da história recente do país e que joga contra a dinâmica de superexploração do trabalho do capitalismo dependente brasileiro.

Foi justamente por caminhar, ainda que de maneira mais lenta do que seria necessário, na direção de um novo ciclo de desenvolvimento com preservação democracia e da nossa soberania, que o governo Lula entrou na mira do imperialismo – para usar um conceito do próprio Florestan, que tinha o velho hábito chamar as coisas pelo nome. Foi decisivo, para isso, o aprofundamento da crise da hegemonia americana, desafiada pela China no plano econômico, tecnológico e político.

Essa reconstrução da história recente do país à luz dos nossos desafios históricos de longo prazo ajuda a explicar porque, como resultado dessas contradições não resolvidas, passamos rapidamente da simples necessidade de defender um novo ciclo de desenvolvimento à necessidade de defender a democracia e dessa, rapidamente, para a necessidade ainda mais fundamental de defender a nossa soberania.

O problema é que, diferente da cartilha, nesse caso é impossível separar a contradição principal das contradições secundárias de modo que, para enfrentar o problema na sua raiz, é preciso enfrentar nossa tripla contradição de uma vez só. Em outras palavras, teremos que fazer tudo junto ao mesmo tempo agora: afirmar nossa soberania, defender nossa democracia e inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento com justiça social. Esse foi o sentido geral da nossa contribuição ao debate sobre programa

partidário, intitulada “Socialismo, soberania e direitos”, cujo subtítulo afirma: “O programa do PT para transformar o Brasil: soberania, igualdade, democracia, desenvolvimento e socialismo”. Em 2026, precisamos mais do que nunca de um grande salto adiante. Ou avançamos rumo ao futuro, ou seguiremos presos ao peso de um passado que nos impõe um círculo vicioso de contradições que exige sacrifícios cada vez maiores de grande parte da nossa população, em especial dos trabalhadores, dos jovens, dos LGBTQIA+, da população negra e indígena e das mulheres.



